

IVONE MARIA DOS SANTOS GOMES

INDÍGENAS

XUKURU

TRABALHADORES NA
AGROINDÚSTRIA
EM PESQUEIRA/PE

MEMÓRIAS, COTIDIANO E HISTÓRIA

 EDITORA
OLYVER

INDÍGENAS

XUKURU

TRABALHADORES NA
AGROINDÚSTRIA
EM PESQUEIRA/PE:
MEMÓRIAS, COTIDIANO E HISTÓRIA

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: Bairro “Xucurus” (lado esquerdo) Vista do Mirante.
Disponível em: <https://www.guiadoturista.net/america-do-sul/brasil/pemambuco/pesqueira>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S140p

GOMES, Ivone Maria dos Santos

Índigenas Xukuru trabalhadores na agroindústria em Pesqueira/PE: memórias, cotidiano e História. [recurso digital] / Ivone Maria dos Santos Gomes. – Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

ISBN: 978-65-87192-39-0

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Trabalho. 2. Índios Xukuru do Ororubá. 3. Fábrica.
4. Pesqueira. 5. Agroindústria. I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:

1. História 981

IVONE MARIA DOS SANTOS GOMES

INDÍGENAS

XUKURU

TRABALHADORES NA
AGROINDÚSTRIA
EM PESQUEIRA/PE:
MEMÓRIAS, COTIDIANO E HISTÓRIA

Maceió-AL
2020


OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Me. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Silóé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Prof^a Dr^a. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Prof^a Dr^a. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Me. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)

Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Me. Joseildo Cavalcanti Ferreira

Centro de Ensino Superior de Arcoverde | CESA (Brasil)

Prof. Dr. Moisés Monteiro de Melo Neto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do
Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª Dra. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN,
(Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Dra. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y
Políticas | Asunción (Paraguay)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais Maria José dos Santos e Irineu Severino Gomes (*in memória*) pelo carinho, amor e dedicação. Agradeço também aos amigos. Ao meu companheiro João Paulo e demais familiares que entenderam a minha ausência durante a escrita desse trabalho. Agradeço aos colegas da Universidade de Pernambuco/*Campus Garanhuns* e aos professores pela força e incentivo nessa caminhada.

Externo meus agradecimentos a minha Orientadora Prof. Dr. Sandra Simone Moraes de Araújo pelos ensinamentos; e a toda o povo Xukuru do Ororubá que sempre me acolheram em seu território com cordialidade e generosidade.

Um agradecimento ao Pajé Zequinha e família que com muita paciência e boa vontade me receberam várias vezes em casa, por ocasião das entrevistas e conversas sobre as memórias indígenas. Reafirmo minha sincera gratidão. Bem como, agradeço ao Senhor Jorge de Tavares e filhas que de forma muito agradável me receberam em seu lar. A atenção e o desejo de vocês em colaborar com a pesquisa é inesquecível.

Agradeço também ao Prof. Dr. Edson Silva estudioso do povo indígena Xukuru do Ororubá, e a Profa. Maria da Penha, pois colaboraram com a minha inserção no campo de pesquisa. A ambos minha gratidão e respeito por partilharem generosamente os conhecimentos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Índios Xukuru do Ororubá: experiências como trabalhadores na agroindústria e habitantes na área urbana em Pesqueira-PE

Edson Silva..... 10

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO 1

Memórias, esbulhos, diáspora e territorialidade.... 24

1.1 As experiências dos trabalhadores Xukuru de Ororubá com o processo de invasões das suas terras e as migrações para a zona urbana de Pesqueira 24

1.1.1 Os sentidos que os trabalhadores Xukuru do Ororubá atribuíram a moradia nos bairros periféricos próximos do território indígena na Serra do Ororubá 43

CAPÍTULO 2

Trabalho, moradia e organização familiar..... 52

2.1 Os trabalhadores Xukuru de Ororubá moradores na cidade e as formas de sociabilidade com os moradores não indígenas 52

2.2 A Organização da dinâmica familiar dos trabalhadores Xukuru de Ororubá moradores na cidade..... 70

CAPÍTULO 3

Trabalho, identidade, relações interétnicas e direitos..... 80

3.1 Ser Xucuru do Ororubá e/ou ser trabalhador na fábrica: negação ou reafirmação da identidade indígena no cotidiano fabril.....	80
3.1.1 Entre os chamados “porcos” e “os registrados”: a distinção identitária e as negociações dos direitos trabalhistas	92
3.2 Trabalhadores Xukuru do Ororubá e trabalhadores não indígenas: as relações interétnicas no cotidiano da fábrica	99
3.3 O agenciamento indígena: o declínio da agroindústria pesqueira e as relações dos Xukuru do Ororubá com o Serviço de Proteção aos Índios/SPI	110
CAPÍTULO 4	
NOTAS DO DIÁRIO DE CAMPO.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

PREFÁCIO

Índios Xukuru do Ororubá: experiências como trabalhadores na agroindústria e habitantes na área urbana em Pesqueira-PE

Não tinha terra para a gente na Serra. Seu Adalberto tinha comprado as terras e colocou a gente para trabalhar, ele era um bom patrão. Eu trabalhava na fazenda com meus pais, roçava mato, dava de comer aos bichos, plantava e colhia frutas. Eu nasci e me criei na fazenda do Seu Adalberto. Ele me pagava e pagava aos meus pais pelo serviço direitinho. Mas, meus pais não eram “registrados”. Às vezes eu ia trabalhar lá na Fábrica Peixe também. Eu não tinha tempo de ir a escola. Era necessário a gente trabalhar para manter a sobrevivência.

As afirmações do índio Xukuru do Ororubá Jorge Tavares durante entrevista realizada em 2019 pela autora desse livro, evidenciaram situações vivenciadas por muitas famílias indígenas: com consolidação das invasões das terras do antigo Aldeamento de Cimbres desde meados do Século XIX, os índios foram trabalhadores-moradores, empregados dos fazendeiros invasores. O entrevistado nasceu e continuou desde criança com os pais trabalhando para o fazendeiro em várias atividades agrícolas e sem tempo para estudar. Jorge também por vezes também veio trabalhar na Fábrica Peixe, na cidade de Pesqueira, como formas para garantir o sustento.

No relato do entrevistado foram citadas as relações clientelistas: “ele era um bom patrão”. Vínculos típicos de

ambientes com relações de dominação/patronagem exercidas pelo fazendeiro Adalberto que comprara as terras de outrem invasores do território indígena. Todavia, em seguida Jorge afirmou: “Mas, meus pais não eram ‘registrados’”, evidenciando a bastante conhecida e muito comum forma de exploração praticada por fazendeiros contra trabalhadores nas áreas rurais nordestinas. Na história Xukuru do Ororubá, após a extinção oficial do Aldeamento de Cimbres em 1879, por pressões dos fazendeiros invasores, algumas poucas famílias detinham pequenas glebas de terras, os “sítios” espremidos entre as terras em mãos dos invasores, mas a maioria dos índios foram trabalhadores-moradores para os latifundiários.¹

O Pajé Xukuru do Ororubá, um octogenário, conhecida e respeitada liderança indígena, “Seu Zequinha” nascido no então “Sítio Canabrava” atualmente Aldeia com o mesmo nome no território demarcado, ao ser entrevistado afirmou também que com família sem terras para agricultura de consumo, trabalhou plantando para os fazendeiros. Em meados da Década de 1940 veio para cidade em busca de emprego. Continuou habitando em Canabrava para onde retornava todos os dias, na maioria da vezes caminhando à noite e no escuro, pois o dinheiro que ganhava era pouco e raramente encontrava uma carona em um dos caminhões das fábricas indo em direção aonde morava. Posteriormente decidiu estabelecer-se em definitivo no Bairro Caixa d’Água, vizinho ao Bairro

¹ SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2ª. ed. Recife: EDUFPE, 2017.

“Xucurus”, concentrando a maior quantidade de indígenas que expulsos de suas terras vieram morar em Pesqueira procurando trabalhar nas fábricas instaladas na cidade.

As detalhadas narrativas das memórias orais sobre as trajetórias de vidas dos dois citados entrevistados, possibilitaram conhecer além das experiências de migrações dos Xukuru de Ororubá para a zona urbana de Pesqueira após processo de invasões das suas terras, compreender os significados que os índios atribuíram a moradia nos bairros periféricos próximos do território indígena na Serra do Ororubá, como discutido no primeiro capítulo desse livro. Essa proximidade foi fundamental para manter as vinculações socioafetivas com familiares, nos laços de parentesco, e também religiosas, a exemplo de ir dançar o Toré, em uma significativa relação de pertencimento com o território de onde foram expulsos.

No segundo capítulo, a autora discutiu as experiências dos indígenas habitando na cidade de Pesqueira, as formas de sociabilidades em muito influenciadas pelas visões preconceituosas dos não índios citadinos, num ambiente de afirmação da oligarquia e de famílias abastadas pelos lucros da então pujante agroindústria. Para conviver na zona urbana, os indígenas tiveram que se reinventarem, aproximando-se de outros empobrecidos, a exemplo do relatado pelo Pajé Xukuru do Ororubá que como manipulador de ervas medicinais atendia doentes, compartilhava seus conhecimentos e assim conquistando a simpatia, a respeitabilidade dos vizinhos e tornando-se conhecido na cidade.

Reconhecido como indígena, Jorge Tavares por ser um trabalhador de longa data na fábrica Peixe, conquistou a confiança dos vizinhos não índios, sobretudo os pequenos comerciantes, que lhe ofereciam mercadorias a serem pagas quando recebesse o salário. Chegando mesmo a intermediar junto a citada indústria os pagamentos de outros devedores aos comerciantes locais. Esse prestígio foi muito importante para estabelecer-se e nos relacionamentos com os novos vizinhos, quando mudou para moradia em outro bairro. Morar na cidade se por um lado significou deixar o território de origens, por outro possibilitou reencontrar parentes e refazer laços familiares. Mas, também enfrentar os desafios de reconstruir a vida, com novos arranjos familiares, a busca de emprego para os adultos seja como operário ou em outras ocupações, uma moradia digna, escolaridade para os filhos, a assistência médica como relatado pelos entrevistados.

Afirmar a identidade indígena Xukuru do Ororubá, morando na cidade e como trabalhador na agroindústria, foi discutido no terceiro capítulo. As chefias não indígenas no cotidiano fabril classificavam os índios como selvagens e bravos, mas também eram vistos como dispostos para o trabalho. Em imagens preconceituosas, ainda vinculadas a longínqua colonização portuguesa, ao invadir e explorar a mão de obra indígena na região. A presença dos índios nas fábricas representava que a agroindústria invadira as terras indígenas e estes afirmava a identidade evidenciando o direito ao território esbulhado, como relatou Jorge Tavares:

Seu Moacir sabia que eu era índio. E que lá na Serra a gente se juntava para dançar o Toré. Ele me perguntava se eu ia a Serra para dançar. Eu dizia que ia. Ele também dizia que as terras da Serra não era dele e que estava para chegar a hora dele devolver elas. Ele dizia que o dinheiro estava pronto para pagar o que devia. Sabia que ia ter que entregar a terra aos donos.

O agrônomo Moacir de Brito, neto dos fundadores e então diretor geral da Fábrica Peixe, como pesquisador sobre a qualidade do solo para plantios na região, conhecia muito bem o processo de esbulhos do território indígena. Na fábrica, os indígenas em sua maioria eram empregados em atividades noturnas, nas madrugadas, sem registros funcionais, atuando no trabalho mais “pesado” como o carregamento e descarregamento dos caminhões de tomates e por ficarem muitos respingados foram chamados de “porcos”. O que lhes distinguia dos poucos trabalhadores “registrados” exercendo funções específicas. Embora todos fossem chamados de “caboclos”, nomeação genérica para negar a identidade étnica e os direitos as terras do antigo Aldeamento de Cimbres invadidas pela agroindústria, tendo Moacir de Brito como um dos maiores representantes, inclusive proibindo os índios de serem sindicalizados.

Os indígenas entrevistados relataram discriminações e agressões físicas, por parte de não indígenas com cargos de chefia ou não na Fábrica Peixe. Em situações conflituosas onde apenas o indígena fora chamado a atenção pelo diretor da empresa, embora quando interessou foram convidados a desfilar representando a fábrica em comemoração pública, todavia não como um

indígena, mas como um trabalhador antigo na indústria. Onde obviamente para os proprietários da Peixe o que importava era a condição como mão de obra produtiva, enquanto durou o apogeu da agroindústria na cidade, pois com o fechamento das fábricas ocorreram as demissões e o empobrecimento. Com o desemprego muitos indígenas, buscaram terras para agricultura de consumo. Embora instalação de um Posto do Serviço de Proteção aos Índios/SPI na Serra do Ororubá em meados dos anos 1950 significou o reconhecimento dos índios², mas nem a FUNAI que sucedeu o SPI resolveram os acirrados conflitos entre indígenas e fazendeiros invasores.

A partir dos anos 1990, motivados pelos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, liderados pelo Cacique “Xicão” os Xukuru do Ororubá iniciaram o processo de retomadas do território. Mesmo após muitas violências, perseguições e assassinatos como o filho do Pajé, Everaldo Bispo dos Santos, de lideranças e também “Xicão” assassinado na cidade de Pesqueira em 1998, os indígenas mobilizados conquistaram em 2001 homologação das terra demarcadas. E no início de fevereiro de 2018, após um longo julgamento de processo movido pelos indígenas, Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos/CIDH a pagar 1 milhão de dólares ao povo Xukuru do Ororubá em razão da

² SILVA, Edson. Xukuru: a conquista do Posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru do Ororubá (Pesqueira-PE). In: FREIRE, Carlos A. da R. (Org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2012, p. 274-283

omissão diante das violências e por violar o direito à terra aos indígenas.

Esse livro soma-se as várias pesquisas realizadas sobre os Xukuru do Ororubá,³ e é uma contribuição para refletir sobre os protagonismos indígenas que após as terras invadidas pelos fazendeiros criadores de gado e também pelos plantios de tomates, frutas destinadas as fábricas de doces, conservas e laticínios, foram forçados a migrar, a se reinventarem como moradores na área urbana, como trabalhadores na agroindústria, sobretudo na conhecida fábrica Peixe instalada na cidade de Pesqueira, no Semiárido pernambucano.

Olho d'Água dos Bredos
(Arcoverde/PE), novembro de 2020.

Edson Silva
Professor Titular de História da UFPE

³ Dentre as quais: SOUZA, Vânia R. Fialho e. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: Massangana, 1998; OLIVEIRA, Kelly E. de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Recife: EDUFPE, 2013; FIALHO, V; NEVES, R; FIGUEIREDO, M. (Orgs.). **“Plantaram” Chicão: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território**. Manaus: PNCSAUEA-/UEA, 2011; NEVES, Rita de C. **Dramas e performances: o processo de reelaboração étnica nos rituais, festas e conflitos**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005; SANTOS, Hosana C. O. e. **Dinâmicas sociais e estratégias territoriais: a organização social Xukuru no processo de retomada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 2009; MELO, Constantino J. B. de. **O ritual sagrado: a religião indígena do povo Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE)**. Maceió: Olyver, 2020.

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais e Humanas há algum tempo vem tentando fazer justiça às memórias, as experiências e trajetórias das pessoas e dos povos que foram esquecidos nos acervos, arquivos, museus e documentos oficiais. Pesquisadores nos cursos de pós-graduações por todo país veem produzido a partir de pesquisas junto aos povos indígenas diversos estudos sobre a organização social, a cultura, as trajetórias históricas, a cosmologia e cosmovisão dos índios no Brasil. Essa produção ainda que considerável, não consegue dar conta das temáticas as serem estudadas sobre esses povos.

Professores, alunos e a população em geral precisam aprender com base em subsídios de pesquisas ainda mais sobre os povos que constituem nosso país, e que se encontram ainda mobilizados pelo reconhecimento e respeito de suas terras e de sua cultura. Com os desmonte das políticas públicas da saúde, da educação e da garantia dos direitos dos povos indígenas em nosso país estamos limitando as possibilidades de pensarmos e produzirmos a respeito desses povos. O corte de incentivos a pesquisa em dezenas de bolsas de Mestrado e Doutorado pelas Universidades Públicas no Brasil é prova disso. É um desrespeito ao direito de conhecer e ter acesso a construção de conhecimentos, um desrespeito sobre o que determinou a Lei nº 11.465/2008 que incluiu no currículo da escola a obrigatoriedade do estudo da temática “História Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

Pensando em todo esse retrocesso foi que em nossa pesquisa buscamos discutir as experiências dos trabalhadores Xukuru do Ororubá⁴ e a trajetória desde o momento das invasões suas terras na Serra do Ororubá até as migrações para a área urbana de Pesqueira e o ingresso como operários nas fábricas da cidade, no momento áureo da agroindústria.

Convém explicar como ocorreu o nosso primeiro contato com o povo Xukuru do Ororubá em 2016, quando ainda estudante do Programa de Especialização em Culturas e Histórias Indígenas na UFPE- Campus Caruaru. Ingressei no curso para aperfeiçoar meus conhecimentos sobre a temática indígena, e acabei tendo contato com a História e a Cultura do povo Xukuru do Ororubá quando conheci um dos professores do curso, o Prof. Dr. Edson Silva. Foi desse contato que surgiu o meu primeiro trabalho sobre os Xukuru do Ororubá, intitulado de “Narrativas indígenas sobre os bairros ‘Xucurus’ e Caixa d’água em Pesqueira/PE: sugestões para efetivação da Lei n°

⁴ Os Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção afirmam ter escolhido essa autodenominação, para não serem confundidos pelos não-índios (leia-se a imprensa e a sociedade em geral) e com um outro povo indígena, os Xukuru-Kariri a maioria habitando no Município de Palmeira dos Índios/AL e também em Paulo Afonso/BA e Caldas/MG. Em 2003 após conflitos internos provocado inicialmente por um grupo dissidente resultando em violências e assassinatos na Aldeia Vila de Cimbres, famílias indígenas expulsas do território Xukuru do Ororubá, se autoproclamaram “Xukuru de Cimbres” e atualmente são reconhecidas como um povo indígena habitando na área urbana de Pesqueira e em um território que compreende parte dos municípios vizinhos pernambucanos de Alagoinha, Venturosa e Pedra (SILVA, 2018, p. 29-46).

11.645/2008”, com a orientação da Profa. Maria da Penha da Silva.

Depois desse estudo, a convite do Prof. Edson Silva e da Profa. Maria da Penha da Silva participei de uma visita pedagógica que coordenaram ao Museu do Doce na Cidade de Pesqueira. Foi então que o Prof. Edson Silva me chamou a atenção para o trabalho que os Xukuru do Ororubá desempenharam nas fábricas de doces e conservas em Pesqueira durante o período do apogeu da agroindústria naquela cidade. Imediatamente o assunto me chamou atenção e resolvi começar a elaborar um projeto de pesquisa sobre o tema. Para isso, inicialmente pesquisei uma vasta bibliografia produzida sobre a história do povo Xukuru do Ororubá.

Depois realizei uma pesquisa de campo preliminar, observando um pouco do cotidiano e a dinâmica sociocultural daquele povo. Ao mesmo tempo que observava, anotava as minhas primeiras impressões em um Diário de Campo. Logo as anotações foram tomaram corpo a partir de conversas com algumas lideranças do povo Xukuru do Ororubá. E foram essas primeiras conversas que me levaram a ter contato com o primeiro entrevistado, o Pajé Zequinha, que por muitos anos trabalhou como operário na Fábrica Peixe. O pajé indicou, o próximo entrevistado o Senhor Jorge de Tavares, e assim nosso trabalho foi sendo construído a partir dos dados de pesquisadores que estudaram e estudam o povo Xukuru do Ororubá, com minhas impressões em campo e relatos orais dos indígenas que entrevistei.

Os entrevistados são senhores com mais de 80 anos de idade que resguardam em suas memórias as lembranças da infância e da adolescência marcadas pela experiência do trabalho na agroindústria de Pesqueira. Além das lembranças, os entrevistados também narraram sobre seus antepassados e todo o processo de esbulho de suas terras na Serra do Ororubá, as situações que provocaram as migrações dos entrevistados para a zona urbana a fim de trabalharem na agroindústria pesqueiraense. As narrativas dos antepassados fazem parte da tradição oral do povo Xukuru do Ororubá. Todas as narrativas, as das memórias individuais dos nossos entrevistados e as que fazem parte da tradição oral do povo indígena, tornaram-se fontes preciosas para nossa pesquisa.

Depois de analisar as fontes orais e bibliográficas percebi que o meu objetivo inicial que era o de pesquisar sobre as experiências dos entrevistados, como trabalhadores da agroindústria em Pesqueira, só faria sentido se expusesse as experiências desses entrevistados sobre as situações que os levou a migrarem para a área urbana da cidade de Pesqueira, os seja, a experiência com as invasões de suas terra na Serra do Ororubá. Ainda observando as conversas e as entrevistas semiestruturadas realizadas, observei que os conteúdos estavam carregados das vivências com os não indígenas moradores da área urbana, de aspectos relacionados as dinâmicas de suas famílias quando da vinda delas para a zona urbana e do papel dos órgãos agenciadores junto a esses trabalhadores no momento do declínio da agroindústria no município de Pesqueira. A pesquisa foi se ampliando com os contatos em

campo por cerca de seis meses entre o mês de maio e outubro de 2019.

Estruturamos nosso estudo da seguinte forma. No primeiro capítulo intitulado “Memórias, esbulhos, diáspora e territorialidade”, na primeira seção apresentamos “As experiências dos trabalhadores Xukuru do Ororubá com o processo de invasões de suas terras e as migrações para a zona urbana de Pesqueira. Procuramos expor e analisar as memórias dos entrevistados com relação aos esbulhos de suas terras na Serra do Ororubá como os mesmos e suas famílias instalaram-se na zona urbana de Pesqueira. O objetivo foi expor aspectos que compõem o sentimento de desenraizamento territorial vivenciado pelos indígenas e as adaptações destes a um novo território.

No subitem discutimos os sentidos que os trabalhadores Xukuru do Ororubá atribuíram a moradia nos bairros periféricos próximos ao território indígena na Serra do Ororubá, onde procurei evidenciar com base na cosmologia e cosmovisão dos indígenas, os sentimentos de territorialidade. Para compor vínculos familiares e de amizades alguns se estabelecerem na zona urbana de Pesqueira e procuraram habitar bairros periféricos mais próximos a Serra do Ororubá. Nesse subitem dissertei a respeito dos benefícios sociais, culturais, comunitários e de afetividade dos Xukuru do Ororubá residentes na zona urbana naquele período de afastamento da antiga morada.

No Capítulo 2, “Trabalho, moradia e organização familiar apresento os trabalhadores Xukuru moradores na cidade e as formas de sociabilidade com os moradores não indígenas”, busquei descrever sobre as formas de interações

sociais elaboradas pelos indígenas para se sociabilizarem com os moradores não indígenas na cidade. Tratando sobre o convívio com vizinhos e com a sociedade envolvente. Nesse capítulo comentei sobre a organização da dinâmica familiar dos trabalhadores Xukuru do Ororubá moradores na área urbana, relatando características a respeito do cotidiano das famílias indígenas inseridas em um outro contexto, o da zona urbana. Procurei analisar como passaram a organizar a educação dos filhos, o cuidado com a saúde, a vida profissional e etc.

Em se tratando do capítulo 3, apresentei o tema sobre o trabalho, identidade, direitos e relações interétnicas, considerando os aspectos sobre o que é ser Xucuru do Ororubá e/ou ser trabalhador na fábrica: as experiências da negação ou reafirmação da identidade indígena no cotidiano fabril. Observando como os entrevistados pensavam suas identidades durante o cotidiano do trabalho na fábrica. Nesse capítulo também evidenciei as relações entre os chamados “porcos” e os “os registrados”: as distinções identitárias e as negociações dos direitos trabalhista, discuto como as identidades eram manipuladas no cotidiano da fábrica para garantir ou negar direitos trabalhistas.

No item “Trabalhadores Xukuru e trabalhadores não indígenas: as relações interétnicas no cotidiano da fábrica” procurei discutir como eram estabelecidas as relações profissionais e de amizade entre os indígenas entrevistados e os não índios na fábrica. E por último apresentei considerações sobre o agenciamento indígena: o declínio da agroindústria pesqueira e os contatos dos trabalhadores

Xukuru do Ororubá com o Serviço de Proteção aos Índios/SPI, analisando como ocorreu as aproximações dos Xukuru do Ororubá com o órgão indigenista oficial, após a crise que diminuiu consideravelmente as atividades industriais das fábricas de doces e conservas no município de Pesqueira.

Anexamos também aos estudos as Notas do Diário de Campo, pois nessas anotações o/a leitor/a pode constatar um pouco da nossa metodologia e ainda acessar informações que não se encontram no corpo do nosso estudo. São aspectos tratando das pessoas com as quais conversamos e entrevistamos, e de lugares que visitamos, como por exemplo, a participação na 19^o Assembleia Xukuru do Ororubá e a visita ao Museu do Doce em Pesqueira.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS, ESBULHOS, DIÁSPORA E TERRITORIALIDADE

1.1 As experiências dos trabalhadores Xukuru do Ororubá com o processo de invasões das suas terras e as migrações para a zona urbana de Pesqueira.

Quando me desloquei de Caruaru à Pesqueira percorrendo quase 84 Km, o primeiro desafio era encontrar indígenas do povo Xukuru do Ororubá que foram trabalhadores e trabalhadoras em fábricas na cidade no período áureo da agroindústria pesqueira. Sabia que os indivíduos procurados estavam com mais de 80 anos de idade. Pensei no choque geracional e sociocultural que o encontro me proporcionaria, choque esse relacionado aos diferentes acúmulos de experiências de vida dos meus entrevistados, e com as diferenças socioculturais envolvendo o meu universo de estudante não indígena e o dos entrevistados, índios Xukuru de Ororubá. Ao mesmo tempo em que pensei no choque geracional e sociocultural, pensei também que muito aprendizado me aguardava sobre as histórias de vida daquelas pessoas.

Para apaziguar minhas aflições sobre o campo de pesquisa, chegando em Pesqueira, resolvi apanhar um táxi e me dirigi a casa do “Seu” Zequinha, ou melhor, o Pajé

Zequinha⁵ um dos indígenas mais idosos residente na área urbana da cidade. Decidi procurá-lo, pois havíamos tido momentos de longas conversas sobre as memórias e acerca da história do povo Xukuru do Ororubá.

Ao chegar em sua casa, o encontrei rodeado por pessoas, vizinhos das redondezas e da rua, que vieram procurá-lo para conversar sobre problemas de saúde. Buscando uma cura através da sua reza e seus “medicamentos” ⁶ como o próprio afirmou. Ou simplesmente esperava-o para pedir-lhe ajuda na resolução de questões, que como autoridade do povo Xukuru do Ororubá poderia solucionar ou intervir. Como afirmou de forma voluntária um desses visitantes:

Seu Zequinha é gente boa. Acabei de falar com ele sobre construir minha casa no terreno da Serra. E ele autorizou. Sou casado com uma índia Xukuru e ele sabe e nos autorizou. É porque tenho que pedir autorização. É assim que se deve proceder, né? Já que o Cacique Marquinhos não está, seu Zequinha é quem resolve (trecho do Diário de Campo, em 26/07/2019).

Percebi a ocorrência do que Oliveira (1996, p.17) tratou sobre o trabalho do pesquisador em Ciências Sociais “exercitava o meu Olhar sobre o meu campo de pesquisa”. E assim pensava no próximo passo sabendo bem, como

⁵ Pedro Rodrigues Bispo, 89 anos conhecido por “Seu” Zequinha. Pajé do Povo Xukuru do Ororubá

⁶ Receitas caseiras para curas, em geral chamadas de garrafadas ou indicações de plantas medicinais para tratamentos de doenças. Essas indicações estão relacionadas aos conhecimentos no exercício da pajelança.

explicou citado autor que “somente o olhar não seria suficiente para alcançar o significado daquelas relações sociais”. Após cumprimentar “Seu” Zequinha propus a entrevista. Depois de apertar a minha mão, o Pajé afirmou: “lembro que você já me fez perguntas antes. Pode sentar, e vamos conversar”.

Iniciava assim outra etapa da pesquisa antropológica apontada por Oliveira(1996,18): “o Ouvir que aliado ao Olhar e seguido da Escrita colabora para compreender as estruturas sociais”. Estruturas essas que nesse caso, envolve as relações entre o Pajé Zequinha e os vizinhos na área urbana do município de Pesqueira. Entender um pouco essas relações, me ajudaria a responder parte do que buscava com a pesquisa: a compreensão sobre as experiências do Pajé Zequinha com sua migração do território indígena na Serra do Ororubá para a zona urbana de Pesqueira, ocorrida no momento que começou a trabalhar na antiga e extinta Peixe^a fábrica da família Brito.

Os relatos do Pajé Zequinha remeteram a uma memória individual, mas que também é coletiva, uma vez que a História de perda das terras de sua família na Serra do Ororubá, é também a história dos esbulhos da terra do povo Xukuru do Ororubá. Sobre a importância da memória individual ancorar-se na memória coletiva:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBAWACHS, 1990, p. 25).

É necessário ressaltar que muitos Xukuru do Ororubá, assim como o Pajé Zequinha, antes de se instalarem em bairros periféricos no município de Pesqueira, habitavam o território na Serra do Ororubá, numa presença evidenciada nos primeiros registros coloniais portugueses do século XVIII, de acordo com o mapa elaborado pelo pesquisador Curt Nimuendajú (IBGE, 1980). Quando no interior da atual Região Nordeste encontravam-se vários povos, dentre os quais “os Sukurú” classificadas posteriormente como pertencentes ao tronco linguístico Jê e foram chamados de forma comum de “Tapuias”. Esses grupos ainda o século XVIII tiveram os seus territórios invadidos pelas frentes agrícolas e pastoris colonizadoras (SOUZA, 1989, p.30).

Com a colonização portuguesa na Serra do Ororubá, no século XVII os padres Oratorianos fundaram um aldeamento para catequisar os antepassados dos Xukuru do Ororubá. No século XIX o governo imperial emitiu um documento onde se desobrigava da tutela oficial dos índios, alegando não poder alimentar os índios “shucuru” que seriam capazes de proverem a subsistência (SOUZA, 1989, p.36).

Na metade do século XIX os aldeamentos foram oficialmente declarados extintos, contribuindo para que as terras ficassem a disposição para a aquisição dos fazendeiros locais por leilões públicos, muitos Xukuru foram expulsos e pouquíssimos resistiram em glebas. Os “sítios” localizados em lugares de difíceis acessos. Mas, a grande parte passou a trabalhar em terras que agora estavam de posse dos fazendeiros. Foi nesse período que alguns

indígenas iniciam uma mobilização pela retomada das terras do território invadido (SILVA, 2008, p.16).

Assim as autoridades no final do século XIX após terem extinguido os aldeamentos, afirmavam que os índios não mais existiam, pois haviam sido todos integrados à sociedade brasileira. No caso dos Xukuru do Ororubá situação que ficou explícita no discurso de Francisco Caboim, o Barão de Buíque, então Diretor Geral dos índios na Província de Pernambuco, quando afirmou em 1870: “ser melhor confundir o resto dos índios com a massa da população” (SILVA, 2008, p. 16).

Além do discurso oficial sobre a extinção dos índios existiu o artifício jurídico da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) tratando sobre o direito agrário no Brasil, estabelecendo como o único meio para a posse da terra a compra, contribuindo para o avanço dos fazendeiros sobre as terras dos antigos aldeamentos.

O discurso de extinção dos povos indígenas foi afirmado durante a formação do Estado nacional do século XIX, que seguindo o modelo europeu, dispensava o pensamento acerca do pluralismo étnico e cultural. Uma proposta de Estado no século XVIII, quando o Marquês de Pombal primava por uma política assimilacionista das populações indígenas por parte do Estado-nação (ALMEIDA, 2012; SILVA, 2008).

Com o fim dos aldeamentos, para sustentar à família o Pajé Zequinha, a exemplo de outros Xukuru do Ororubá foram trabalhar na Serra do Ororubá, em terras nas mãos dos fazendeiros. O próprio Pajé relatou sua experiência:

Depois de ficar sem as terras, passei a trabalhar muito em terras de fazendeiros. Eu botava roçado, plantava milho, macaxeira, feijão e pagava a quadra ao fazendeiro. Eu pagava 1, 2 contos por quadra”. “Seu” Zequinha completou afirmando: “mas depois deixei de plantar dessa maneira, nunca gostei de trabalhar para os outros” (Trecho do Diário de Campo, em 28/07/2019).

Assim em 1945 o Pajé decidiu ir morar na zona urbana da cidade de Pesqueira e procurar alguma atividade para continuar sustentando a família. Nesse momento de acordo com os estudos de Silva (1998), a Serra do Ororubá estava repleta de plantios de tomates e frutos destinados a suprir as demandas das fábricas na cidade de Pesqueira, o município vivia o auge da agroindústria. Sobre o processo de migração para zona urbana de Pesqueira em busca de trabalho, o Pajé Zequinha afirmou:

Eu vinha e trabalhava na safra da Fábrica Peixe e voltava para a Serra. Trabalhei na fábrica de dia e de noite. Descia a pé da Serra e se tivesse carona com algum motorista de caminhão de tomate da fábrica Peixe eu pegava, senão eu ia a pé mesmo. Para voltar, voltava de noite e era a pé também. Se tivesse um motorista da fábrica pegava uma carona, senão ia a pé no escuro. A gente não tinha transporte da empresa para ir para a casa. E nem eles davam dinheiro. Era difícil, mas eu tinha que enfrentar, eu precisava cuidar da vida (Trecho do Diário de Campo, em 28/07/2019).

Depois de algum tempo trabalhando nas safras da fábrica Peixe o Pajé Zequinha resolveu estabelecer-se de vez na zona urbana de Pesqueira e passou a residir no bairro conhecido atualmente como Caixa D'Água. O bairro surgiu

como evidenciamos no estudo que realizamos em 2016 intitulado “Narrativas indígenas sobre os bairros “Xucurus e Caixa d’água em Pesqueira/PE: sugestões para efetivação da Lei nº 11.645/2008” e o estudo de Sette (1956), sobre a malha urbana da cidade de Pesqueira, como uma extensão da antiga Rua Mandioca, atualmente chamado de Bairro “Xucurus”.

O Bairro Caixa d’Água é um dos bairros periféricos mais antigos na cidade de Pesqueira e de acordo com Silva (2008, p.254) é uma das localidades da zona urbana que com o Bairro “Xucurus”, abriga a maior quantidade de moradores Xukuru do Ororubá. A localização está na base da Serra do Ororubá e sobre a moradia nesse bairro, o Pajé Zequinha relatou:

Eu sempre fui tratado bem no bairro, eu fui morar lá com minha mulher. Morar na rua foi bom para mim e para a minha mulher. Logo tinha posto de saúde, e minha mulher estava começando a adoecer. E para mim ficava mais fácil para trabalhar na fábrica e cuidar dela. Não podia deixar de cuidar dela, ela sempre trabalhou junto comigo a vida inteira. Eu não achava que seria correto abandona-la (Trecho do Diário de Campo, em 26/07/2019).

No momento do relato o Pajé Zequinha demonstrava a alegria em cuidar da esposa muito doente. Os esforços no trabalho para fazendeiros nas antigas terras que pertenceram aos seus antepassados indígenas, como o mesmo gosta de afirmar, foi um esforço para continuar cuidando da subsistência e da família. Mesmo não gostando

de “trabalhar para outros”, isso só ocorreu para prezar a família.

A vinda para a zona urbana de Pesqueira, foi motivada principalmente por não dispor mais de terras no território na Serra do Ororubá, na antiga morada na localidade conhecida como Cana Brava. Sua vida e a da sua família era dedicada a casa e a agricultura, atividade que até a atualidade o Pajé afirmou gostar muito.

Em Cana Brava “Seu” Zequinha morava com os pais, seis irmãos e próximo aos avós. Foi onde conheceu a esposa, casou e depois veio morar na cidade. As idas e vindas para a Serra do Ororubá, no início quando veio morar na cidade, para trabalhar na fábrica Peixe e cuidar da esposa, era resultado da falta de recursos financeiros. Uma vez que trabalhava apenas no período das safras da fábrica, logo não possuía uma jornada diária de trabalho.

Sobre as variações de horas da jornada de trabalho no universo Capitalista encontramos nos escritos de Marx (2011) que:

As variações da jornada de trabalho se movem, assim, o interior de limites físicos e sociais, põem as formas de limites são de natureza muito elástica e permitiam as mais amplas variações. Desse modo encontramos jornadas de trabalho de 8, 10,12,1,16, 18 horas, ou seja, das mais distintas variações (MARX, 2011, p.391).

Outro fator que impediu o Pajé fixar-se de imediato na zona urbana de Pesqueira foram as relações com o território do seu povo na Serra do Ororubá. Afinal de contas

foi lá que nasceu, cresceu e aprendeu a gostar da agricultura. Sobre isso afirmou:

Eu morava na cidade, mas não gostava daqui. Não me sentia à vontade na cidade. Veja, lá na Serra tem sempre o que fazer, alguma coisa para plantar, bichos para criar, mato para capinar. Passava o tempo todo ocupado, não faltava o que plantar. Nunca me faltou o que plantar E aqui na cidade têm o que?” (Trecho do Diário de Campo, em 26/07/2019).

Na zona urbana onde ao mesmo tempo em que após o esbulho das terras dos seus antepassados, encontrou um trabalho para a sua manutenção e da família, tirou a possibilidade de dedicar-se à agricultura como gostava. A vinda para a cidade diminuiu as possibilidades de exercer regularmente uma atividade, que durante toda a vida, subsidiou o sustento dele e da família, sobre a qual demonstrou ter muito orgulho em ter conhecimentos.

Depois de relatar parte da experiência sobre a fixação na cidade após deixar o território Xukuru na Serra do Ororubá, ao ser indagado se lembrava de outros ex trabalhadores (as) Xukuru que também trabalharam nas fábricas e que residissem na área urbana de Pesqueira, o Pajé pensou e em seguida disse: “procure seu Jorge de Tavares⁷. Ele também trabalhou na fábrica. Trabalhou mais tempo que eu! E irá poder lhe falar mais sobre como era o trabalho nas fábricas aqui do município”.

⁷ Jorge Ferreira de Lima, 93 anos. Morador no Bairro Salgado, Pesqueira/PE

A colaboração do Pajé para essa pesquisa como entrevistado, sendo uma das pessoas que se disponibilizou a compartilhar suas memórias e também indicar outros atores que podiam contribuir com o estudo, possibilitou vislumbrar o que escreveu Bosi obre as relações em campo entre o pesquisador e os entrevistados: “confessar, em diálogo aberto nossas dificuldades ao depoente durante cada etapa do trabalho, fará com que ele acompanhe melhor o rumo da pesquisa e muitas vezes nos ajude a descobrir pistas facilitadoras”(BOSI, 2003, p.62).

Outro fator importante foi a acentuação do caráter teórico-metodológico da pesquisa que realizamos, por não ser apenas uma descrição do campo e do objeto de pesquisa, mas também com a participação dos entrevistados, procuramos como afirmou Alves (2011, p.28) propor o que o autor chamou de “encontro etnográfico”.

E a partir desse “encontro etnográfico” “compreender através das relações dialógicas com os entrevistados na realização das entrevistas-semiestruturadas, as experiências desses ex-trabalhadores nas fábricas em Pesqueira, sobre o processo de perda das terras pelos indígenas e os deslocamentos dos mesmos para a área urbana periférica naquela cidade.

O exemplo da contribuição do Pajé Zequinha e da sua participação na pesquisa, não está apenas explícito quando da disponibilidade em falar sobre suas experiências individuais e coletivas, ocorreu também com a interferência do mesmo nas indicações e seleção de outros atores a serem chamados para ter neste estudo um lugar onde também expressem as experiências com os esbulhos de terras e a

fixação na zona urbana da cidade por terem ingressado nas fábricas.

Tendo o Pajé indicado outras pessoas a serem entrevistadas, repensei o deslocamento e o comportamento em campo. E como pensar as escolhas teórico-metodológicas. Redirecionando assim o meu “olhar, ouvir e escrever” como bem afirmou Oliveira (1996, p.14-16), quanto cientista social, com maior contribuição ao caráter metodológico da pesquisa que é a observação-participante, por meio da qual os envolvidos, o pesquisador e os entrevistados, constroem um entendimento sobre as experiências cotidianas vividas em meios sociais diferentes o território de origens e o espaço social urbano. Afinal como bem ratificou Alves “em se tratando da observação participante é fundamental que se compreenda que o conhecimento construído é oriundo da relação com sujeitos envolvidos no processo social; pesquisador e pesquisados” (ALVES, 2011, p. 28).

Retornando ao campo de pesquisa procurei, então, encontrar o Sr. Jorge. E me desloquei ao Bairro Salgado e com ajuda de vizinhos o encontrei residindo em uma casa simples e confortável, próximo a Serra do Ororubá, na Rua Major Panta no bairro Salgado. De acordo com Sette (1956) ao descrever as origens do bairro afirmou:

[...] um desvão oferecido pela escarpa inferior “da serra” ...Constituído de habitações muito pobres e de um comércio do mesmo porte. Para o outro lado a cidade envia tentáculos como quem procura atingir o leito da rodovia BR-25, aquele mesmo antigo caminho entre o Recife e o Sertão...

representado respectivamente pelo Bairro Salgado (SETTE, 1956, p.56)

É evidente na descrição de Sette que o Bairro Salgado estava localizado em uma área periférica do espaço citadino em Pesqueira. Onde o Senhor Jorge convive em sua casa com uma filha que cuida dele. O mesmo ainda recebe a visita constante de outra filha e do genro, que o cerca de atenção, visto que os parentes estiveram presentes durante as nossas conversas e a entrevista.

Trabalhando duro na linha de produção da Fábrica Peixe, construiu a casa e sustentou a família. Antes de morar no Bairro Salgado residiu na Serra do Ororubá. Com o falecimento dos pais foi criado pela avó Dona Maria da Conceição, na Serra do Ororubá, na localidade do Sítio do Meio. Sobre a avó afirmou: “minha avó era uma índia baixinha, trabalhadora, plantava roça e era separada do meu avô”.

“Seu” Jorge afirmou que logo após a perda das terras da família na Serra do Ororubá, a mãe e o pai passaram a trabalhar como caseiros em uma fazenda situada naquele local de propriedade de Adalberto de Freitas, dono da Fábrica Peixe, filho dos fundadores.

Enquanto a Fábrica Peixe estava no auge da expansão em 1934 no município de Pesqueira, o entrevistado, ainda com oito anos de idade, trabalhava com os pais na Fazenda da família Brito. E de vez em quando, também nos plantios da Fábrica Peixe. Sobre a necessidade de trabalhar para os Britos depois da perda das terras na Serra do Ororubá afirmou:

Não tinha terra para a gente na Serra, seu Adalberto tinha comprado as terras e colocou a gente para trabalhar, ele era um bom patrão. Eu trabalhava na Fazenda com meus pais, roçava mato, dava de comer aos bichos, plantava e colhia frutas. Eu nasci e me criei na fazenda do Seu Adalberto, ele me pagava e pagava aos meus pais pelo serviço direitinho. Mas meus pais não eram “registrados”. Às vezes eu ia trabalhar lá na Fábrica Peixe também. Eu não tinha tempo de ir à escola. Era necessário a gente trabalhar para manter a sobrevivência (trecho do Diário de Campo, em 28/07/2019).

Apesar de em 1930 A Organização Internacional do Trabalho (OIT) proteger as crianças do trabalho forçado ou obrigatório, o senhor Jorge aos oito anos de idade tinha que se desdobrar entre o cotidiano de trabalho na fazenda e na área urbana na fábrica Peixe. E não podia estudar, acompanhando os pais que trabalhavam sem nenhum direito ao registro na Carteira de Trabalho. A família sem propriedade na Serra do Ororubá para plantar tinha que se submeter ao trabalho na fazenda e na fábrica Peixe, onde o único direito era receber pelos dias de trabalho. A mão-de-obra do Seu Jorge e dos seus pais eram alvo de exploração dos industriais da fábrica Peixe de forma desmedida. Essa relação de exploração do Capitalista para com o trabalhador pode ser compreendida através de Marx (2011) quando pensou as relações de compra da força do trabalho:

O Capitalista comprou a força de trabalho por seu valor diário. A ele pertence seu valor diário. A ele pertence seu valor de uso durante a jornada de trabalho. Ele adquiriu, assim, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia. Mas

o que é uma jornada de trabalho? Em todo caso, menos que um dia natural de vida (MARX,2011, p. 391)

Com o passar do tempo estando “Seu” Jorge definitivamente estabelecido na cidade e ainda trabalhando na Fábrica Peixe, casou-se e foi morar de aluguel em uma casa que pertencia ao Senhor Moacir Brito, industrial e filho do Senhor Adalberto proprietário da Fábrica Peixe. E depois de algum tempo mudou-se em definitivo para a casa onde reside até a atualidade no Bairro Salgado com a família.

Eu trabalhando na Peixe com um tempo resolvi casar com minha falecida esposa. Então, eu não tinha casa própria e aluguei a casa do seu Moacir. Eu pagava 2 cruzados de aluguel. Era eu, minha esposa e duas meninas. Depois trabalhando muito eu construí essa minha casa que moro hoje. Para isso eu trabalhei de dia e de noite (trecho Diário de Campo, em 29/07/2019)

O Senhor Jorge após ter perdido as terras de propriedade de sua família na Serra do Ororubá não encontrou outra opção junto com seus pais a não ser trabalhar como caseiro na fazenda da família Brito na Serra do Ororubá e também na cidade na Fábrica Peixe. A migração para a cidade de Pesqueira foi resultado de muito esforço, uma vez que ganhava pouco, tendo que se submeter a morar em casa de parentes para conseguir dar conta do trabalho como ajudante de caminhão na fábrica de noite e de dia, como relatou. Conseguindo depois de algum tempo alugar uma casa de propriedade de um dos patrões e

posteriormente ainda trabalhando na mesma empresa, com muitas dificuldades para manter-se e manter a família conseguiu construir sua casa no Bairro Salgado na periferia de Pesqueira.

As histórias de Seu Jorge e do Pajé Zequinha de perda de suas terras na Serra do Ororubá e da migração para a cidade são de muitos esforços. E estão relacionadas também ao descaso do Estado brasileiro, que ao construir um discurso de “integração” dos índios a sociedade nacional com o fim dos aldeamentos, não garantiu o direito às terras. Situação que motivou os Xukuru do Ororubá desde o século XIX até o século XX se organizassem politicamente para reaverem o antigo território. Com ações que ficaram conhecidas como “retomadas” para reocupar as terras em mãos de fazendeiros invasores. Mobilizações que contaram com a participação do Pajé Zequinha, e da principal liderança contemporânea dos Xukuru do Ororubá, o Cacique “Xicão”, personagem que têm grande relevância simbólica para a organização sociopolítica dos indígenas. (SILVA, 2008, p.86).

Sobre a organização dos Xukuru do Ororubá para o início das “retomadas” do território, relatou com entusiasmo o Pajé Zequinha:

A gente já sabia do nosso direito. Sabia que aquela terra lá da Serra era nossa, era dos nossos antepassados. Então, a gente decidiu: Vamos fazer retomadas! Vamos entrar por Pedra D'Água, então se juntaram trinta homens para iniciar. Foi uma agonia. Veio batalhão de Belo Jardim, de Arcoverde e de Pesqueira para impedir a gente. Foi preciso o governador, na época Miguel

Arraes, ligar para o comandante de Pesqueira, para pedir que não mexesse com os índios (trecho do Diário de Campo, em 29/ 08/2019).

Sobre o processo de retomadas pela área de Pedra d'Água e a intervenção do Governador Miguel Arraes citado pelo Pajé, o pesquisador Edson Silva (2008, p. 256-267) fez uma relação entre o ocorrido e a vinculação do povo Xukuru do Ororubá a partir de 1961 com as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião. Nesse período os indígenas viviam sem terras para plantar na Serra do Ororubá. Além do mais, os fazendeiros negavam trabalho aos índios e aos demais trabalhadores rurais na região, foi quando alguns índios se aproximaram das Ligas Camponesas que nesse período procuravam instalar uma sede da organização em Pesqueira. Desagradando o Bispo Católico Romano na cidade que denunciou as autoridades, por receio de ver os índios envolvidos com os “comunistas”, que na sua opinião se aproveitavam da situação de vulnerabilidade dos trabalhadores indígenas para espalhar no campo “a onda vermelha” (SILVA, 2008, p.261).

A participação dos indígenas nas Ligas Camponesas resultou na prisão de alguns índios pelas autoridades locais. Alguns índios que faziam parte da “guarda” indígena na Serra do Ororubá, com o apoio da Inspeção do Serviço de Proteção ao Índio de Recife (SPI/Recife), foram acusados de envolvimento com a organização liderada por Francisco Julião. Mais tarde as autoridades concluíram que o envolvimento dos índios com as Ligas Camponesas ocorreu por “ingenuidade”, pois julgavam de forma preconceituosa que os índios não tinham capacidade de compreender as

ideias propagadas pelos “comunistas” da organização política campesina. Embora os índios presos afirmarem não ter envolvimento com a organização campesina, mas os relatos de alguns Xucuru do Ororubá e documentos apontaram para a relação deles com a Liga Camponesa. Uma vez que a Liga Camponesas estava vinculada aos anseios dos índios na busca pelo direito à terra (SILVA, 2008, p.261-266).

Com relação a intervenção de Miguel Arraes junto aos índios, em 1963, o Governador apoiou um enviado do Ministério da Agricultura para observar a “invasão” das terras da União por parte de alguns trabalhadores rurais no município de Pesqueira. Após reunir-se com vários grupos e pessoas, o enviado recomendou ao órgão agrícola, ao Governador e as autoridades locais atenção aos trabalhadores rurais, muitos desses índios, que reivindicavam o direito ao trabalho, uma vez que os fazendeiros negavam-lhes trabalho em suas terras, por serem sindicalizados e conhecerem os direitos (SILVA, 2008, p.263).

Diante das terras invadidas na Serra do Ororubá onde exerciam a atividade da agricultura; para o consumo, alguns Xukuru do Ororubá migraram para a cidade e foram operários sem direitos trabalhistas nas fábricas. Sendo obrigados a se instalar na área urbana da cidade por causa do trabalho fabril, a exemplo do Pajé Zequinha, buscando posteriormente em meio a tantas injustiças organizar as mobilizações para a reconquista das terras. A estadia na cidade não apagou da memória individual e coletiva dos indígenas as vinculações com o território de origens e não

por coincidência foi no sopé da Serra do Ororubá que foram habitar.

A afirmação de uma liderança Xukuru do Ororubá, quando perguntada sobre o porquê morarem em bairros periféricos, mais próximos da Serra do Ororubá ocorrer com mais frequência:

Os bairros “Xucurus” a Caixa d’Água possuem uma relação muito próxima com o povo Xukuru. A grande maioria da população ou é Xukuru ou casou com um Xukuru e foi lá viver. Historicamente o que se sabe é que quando a Fábrica Peixe começa o seu processo desenvolvimentista e suas atividades se expandem na Serra do Ororubá, os índios ficaram sem espaço para viver e começaram a trabalhar nas fábricas da cidade. Já que na cidade tinha oportunidade de emprego. Apesar de não possuir muita qualidade de vida. Mais ai foram morar no bairro Xucurus e Caixa D’Água não por coincidência, mas por saberem que esses locais ficavam próximos a sua antiga morada sagrada, a Serra do Ororubá.⁸

A moradia nos bairros periféricos a partir das afirmações de Guilherme Xukuru do Ororubá pareceu uma interpretação que a lógica capitalista não alcança. Não foi somente à falta de possibilidades de morar próximo a fábrica que atraiu os Xucuru do Ororubá moradores na cidade nesses bairros periféricos, mas também por serem próximos ao lugar sagrado, a Serra do Ororubá.

⁸ Guilherme Magalhães, mais conhecido como Guilherme Xukuru, em entrevista em 29/04/2016. Citado em Gomes (2016).

Mapa de Pesqueira – PE



1.1.1 Os sentidos que os trabalhadores Xukuru do Ororubá atribuíram a moradia nos bairros periféricos próximos do território indígena na Serra do Ororubá.

Em conversar com o Pajé Zequinha procurei compreender o porquê dele se instalar no Bairro Caixa D'Água, no início de sua vinda para a zona urbana na cidade de Pesqueira. O Pajé mudou-se desse bairro há quase 20 anos e foi residir em novo endereço no Bairro Portal, próximo à entrada da cidade. Foi nessa localização onde reside desde o ano de 1990 que realizamos a entrevista.

O Pajé fez questão de afirmar que essa localidade também é bem próxima ao território indígena na Serra do Ororubá:

Aqui é bem perto da Serra do Ororubá. Você acha que estou longe da Serra? Tô não senhora! A Serra é aqui atrás em dez minutos estou lá. Saio daqui devagarzinho, caminhando e no instante chego lá. Não precisa de transporte nenhuma, a Serra está aqui perto da minha casa (Trecho Diário de Campo em 29/07/19).

Esse desejo de estar sempre em contato com o território Xukuru na Serra do Ororubá fez com que “Seu” Zequinha morasse inicialmente no bairro Caixa D’Água, assim que se mudou para a cidade e começou a trabalhar na Fábrica Peixe. Sobre a comodidade da moradia nesse bairro, o Pajé falou:

Eu morava no Caixa d’Água e para mim foi bom. Quando eu queria ir na Serra eu ia, ia visitar meus parentes, ia dançar o Toré em Pedra D’Água, que é a dança dos nossos antepassados. Eu ia rever meus amigos. Se morasse mais afastado dava mais trabalho. Sim, às vezes eu ia na Serra para plantar meu milho. Muitas vezes eu nem levava esse milho para a casa, eu plantava porque gostava de chegar na Serra e vê aquele mudo de terra todo plantado. E às vezes que eu ia rezar o povo? Saía de casa para rezar o povo na Serra. Então eu trabalhava na fábrica dos Brito, mas quando estava em casa, eu sai e no instante eu estava lá (trecho Diário de Campo, em 29/07/19).

A Serra do Ororubá tem para “Seu” Zequinha um valor muito grande. Explicitado no entusiasmo ao citar as

relações com a localidade. Morar no Bairro Caixa d'Água possibilitou ao Pajé não perder as relações com a Serra, pois é onde encontra-se seu território de origens, amigos e parentes. Nesse território encontrava-se as pessoas que necessitavam de suas rezas e nesse território o mesmo podia praticar o gosto pela agricultura. Observei no relato que para conseguir amenizar os obstáculos pelo trabalho na fábrica ele sempre empreendia as idas à Serra do Ororubá, encontrou como solução habitar o Bairro Caixa d'Água, pois a localização favorecia em um curto espaço de tempo estar em contato com o local onde resguarda suas origens.

É importante refletir sobre o tipo de relação do Pajé Zequinha com o território de origens, naquele momento em que iniciava o contato com o ambiente citadino. Estando na Serra o Pajé podia estabelecer laços de afetividade com amigos e parentes. Vivenciando ainda as manifestações socioculturais do seu povo, como por exemplo, a dança do Toré. Mesmo estando morando na área urbana na cidade de Pesqueira e trabalhando na Fábrica Peixe, o contato com o território onde nasceu não podia ser abandonado ou esquecido. Sobre as relações entre os povos indígenas e os seus territórios um pesquisador escreveu:

Nas abordagens recentes é a partir do processo de territorialização, em que indivíduos constroem uma identidade com base na organização de afinidades culturais, vínculos afetivos e históricos, que serão “retrabalhados” pelos próprios sujeitos em contexto histórico e contrastado com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (OLIVEIRA, 2004, p.24)

O Pajé Zequinha expressou fortes laços de pertencimento junto ao território indígena localizado na Serra do Ororubá. Algo compreensível se for observados aspectos da sua identidade quanto sujeito indígena. É perceptível que esses aspectos ficavam evidenciados por causa do seu contato com a localidade. Essa evidencia ficava clara não apenas a partir do olhar do Pajé, mas também a partir do olhar das outras pessoas daquele lugar; fossem esses parentes, amigos, indígena do seu povo e não índios. O contato sempre que possível com o território através da estadia no bairro Caixa d'Água possibilitou ao Pajé estabelecer as diferenças existentes entre ser índio e não ser índio, entre ser morador de um território indígena e ser morador de um bairro periférico na zona urbana da cidade. E afirmou:

Morava na cidade mais não gostava muito, nunca gostei muito para falar a verdade. A cidade não é igual a terra dos índios, lá tem sempre alguma coisa para plantar e colher, e aqui não tem onde plantar nada. Lá a gente sempre fazia festa, festa de índio é diferente de festa de quem não é índio (Trecho do Diário de Campo 30/07/19).

O mesmo ocorreu quando o Pajé foi ao terreiro de Pedra D'Água dançar o Toré, vivenciar essa expressão sócio cultural do seu povo no território de origens, na reafirmação da identidade. É a reafirmação da identidade comum ao caráter político, como escreveu Grunewald (2008, p. 43): “o Toré uma manifestação incorporada ao movimento indígena do Nordeste como forma de expressão política”. Ainda sobre o Toré, o pesquisador afirmou:

O inspetor do SPI no Nordeste, na primeira metade do século XX, passou a requerer a exibição da dança do Toré para se atestar a indianidade dos índios naquela região. Essa prática cultural, passou, assim, a circular ideologicamente como sinal diacrítico dessa ampla indianidade e, até hoje, é ensinada de grupos reconhecidos a grupos que pleiteiam reconhecimento em todo o Nordeste (GRUNEWALD, 2008, p.44).

Mesmo não citada pelo Pajé Zequinha as influências do órgão indigenista oficial (o SPI) sobre o Toré no território de seu povo na Serra do Ororubá, os estudos de Oliveira (2006) corroboraram com o que foi relatado pelo Pajé Zequinha sobre as relações com a dança do Toré, assim como o que escreveu Grunewald (2008) sobre o caráter político dessa manifestação sociocultural para os povos indígenas no Nordeste. Oliveira (2006, p.141) destacou: “para os Xukuru, o caminho encontrado para a valorização do ‘sentimento de lealdade às origens’ veio através do Toré, que atravessou gerações do grupo...”. A autora afirmou ainda que o primeiro terreiro de Toré formado pelos Xucurus foi na localidade de Pedra d’Água, lugar onde iniciou o processo de retomada do antigo território pelos indígenas, após dançar o Toré no local durante 90 dias. Sendo o momento mais importante do processo das retomadas, pois os Xukuru do Ororubá transformaram aquele espaço em lugar de discussões políticas e integração entre os membros do grupo (OLIVEIRA, 2006, p.146).

Sobre a Serra do Ororubá onde está localizado o território do povo Xukuru do Ororubá, o geógrafo Hilton Sette (1956) em seus estudos sobre a Geografia Urbana da

Cidade de Pesqueira apresentou as seguintes descrições sobre os aspectos físicos e climáticos:

[...] a “serra” do Arorobá, onde os matacões de rochas cristalinas em diferentes posturas e o entalhamento de pequenos vales falam da estrutura geológica do subsolo e exibem os mais variados vestígios de erosão marcados por uma sucessão de estágios climáticos, nas demais direções, a paisagem envolvente deixa ver em primeiro plano, uma superfície pediplanizada coincidindo com o nível geral dos 650-750 numa onda de interflúvios suaves entre pequenos afluentes do Ipojuca e cabaceiras do Ipanema (SETTE, 1956, p. 7).

A descrição sobre a Serra do Ororubá ressaltou a riqueza natural e climática daquela área sendo compreensível as relações do Pajé Zequinha com o território do seu povo. A natureza em sua forma mais sublime, de acordo com a descrição do autor, salta aos olhos do observador com a maior facilidade. Embora o autor não tenha evidenciado o povo Xukuru do Ororubá como habitantes originários daquela área e sendo os responsáveis pela conservação de tamanha beleza e agradável visão natural.

Quando foi entrevistado, o Senhor Jorge também afirmou que se dirigia ao território Xukuru do Ororubá na Serra do Ororubá para dançar o Toré, assim como o Pajé Zequinha. Suas idas ao território foram mais constantes depois que passou a residir no Bairro Salgado, pois diferente da primeira morada na cidade, a estadia no bairro ficou mais próximo da Serra do Ororubá, onde deixou os

pais e a avó que o criou como se fosse um filho. Sobre a estadia no Bairro Salgado e as idas a Serra do Ororubá afirmou:

Quando morava na casa de meu primo perto da Fábrica Peixe, eu só ia a Serra do Ororubá quando o Senhor Moacir me liberava para plantar o roçado. Isso era quando já tinha feito o trabalho na Fábrica Peixe. Aí eu ia rever minha avó que me criou. Ia rever meus pais. Aproveitava e plantava milho, melancia, feijão. Depois que vim morar aqui o Bairro Salgado, passei a ir mais a Serra do Ororubá. Eu ia mais vezes visitar minha avó que me criou. Passei também a ir a Pedra d'Água dançar o Toré lá no terreiro com os índios (trecho do Diário de Campo, em 30/07/2019)

Ao mudar-se para o Bairro Salgado, mais próximo da Serra do Ororubá “Seu” Jorge também conseguiu fortalecer os laços afetivos com os pais e principalmente com a avó que o criou e o educou. Também passou a frequentar o terreiro de Toré em Pedra d'Água com os outros membros do seu povo para praticar a dança. Mesmo trabalhando na Fábrica Peixe “Seu” Jorge procurava negociar a ida ao território indígena, sempre que possível, após o término da jornada de trabalho na fábrica. As idas ao território indígena na Serra do Ororubá também possibilitavam a “Seu” Jorge a prática da agricultura, atividade que aprendeu com os pais e a avó para o consumo da família.

“Seu” Jorge continuou relatando com muita satisfação sobre às vezes que voltava a Pedra d'Água, sendo morador no Bairro Salgado. Os momentos na dança foram

lembrados como sendo de muita alegria e festa. Sobre esses momentos de festividades no Terreiro de Pedra d'Água afirmou: “a dança do Toré era muito animada. Era uma festa grande no terreiro. O povo dançava e se confraternizava. Era quando se reunia muito índio para dançar e eles faziam festa”.

Para o Pajé Zequinha e para o “Seu “Jorge a moradia em bairros próximos a Serra do Ororubá contribuiu para que não se distanciassem das origens fixadas no território na Serra do Ororubá. As dinâmicas da vida na cidade com o trabalho diário na Fábrica Peixe não interromperam o contado desses dois trabalhadores com as origens, graças às possibilidades que ambos tiveram de morar em bairros no sopé da Serra do Ororubá.

As relações de ambos com o território ocorreram por meio de laços de parentesco e afetividade e na participação nas expressões socioculturais intrínsecas ao seu povo. Dentre esses se encontram as expressões, a dança do Toré, a prática da agricultura e as atividades de curas e rezas praticadas pelo Pajé Zequinha. Essas últimas resguardam os conhecimentos da cosmologia do povo Xukuru do Ororubá e são importantes para a reafirmação da identidade étnica desse povo, pois dizem respeito a como se relacionam com o sagrado.

Nesse sentido, os significados atribuídos pelo Pajé Zequinha e pelo o Senhor Jorge a moradia nos bairros periféricos, próximos ao território indígena na Serra do Ororubá, tem a ver com o desejo de reafirmarem a identidade indígena ainda que residentes na zona urbana da cidade de Pesqueira. Está reafirmação ocorreu com a

participação, sempre que possível, do Pajé Zequinha e do Senhor Jorge nas dinâmicas socioculturais do território onde nasceram, na Serra do Ororubá.

Nas conversas e entrevistas foi possível observar que os entrevistados sendo moradores na cidade e trabalhadores na Fábrica Peixe, tinham que, em alguns momentos, dividirem o tempo entre o *modus vivendi* no território onde nasceram e onde moravam os parentes e o mundo da área urbana na cidade. Foi possível também perceber a importância que essa estadia próxima ao território indígenas proporcionava. Uma vez que a dinâmica do trabalho na fábrica, quase sempre ocupava todo o tempo de ambos.

Refletindo como foram os primeiros contatos deles com o ambiente citadino, quais as formas de sociabilidades que estabeleceram entre os moradores não indígenas no Bairro Caixa d'Água e no Bairro Salgado? Como sendo trabalhadores da Fábrica Peixe tiveram tempo para estabelecer alguma relação de convívio com os moradores indígenas? Teriam enfrentado algum tipo de preconceito por parte dos vizinhos não índios nos novos endereços na cidade? Como teriam contornado tal situação, ou se teriam sido bem recebidos pelos vizinhos não indígenas? Pensando sobre, quais atividades comunitárias participavam sozinhos ou com suas famílias? Em quais espaços no bairro Caixa d'Água e Salgado ocorriam essas atividades e quais momentos do dia-dia? Essas e outras questões surgiram das conversas e encontros durante a pesquisa de campo, possibilitando discuti-las no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

TRABALHO, MORADIA E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

2.1 Os trabalhadores Xukuru do Ororubá moradores na cidade e as formas de sociabilidade com os moradores não indígenas.

Para iniciar esse capítulo é necessário discutir o conceito de sociabilidade. Para isso encontrei nos escritos de Simel (2006) como o autor definiu um dos lugares onde ocorrem as maneiras de sociabilidade entre os seres humanos e entre os grupos sociais. O lugar do qual falamos é conhecido por todos nós como sociedade, sobre a sociedade o autor nos diz: “seria uma abstração indispensável para fins práticos, altamente útil também para uma síntese provisória dos fenômenos, mas não um objeto real que exista para além dos seres individuais e dos processos que eles vivem” (SIMEL, 2006 p.08).

Analisando o pensamento do autor compreendemos que a sociedade é um ente comum a natureza metafísica essencial para as experiências práticas e para os acontecimentos rápidos, mas que não pode como ente verdadeiro, sobrepor a existência humana dotada de suas diversas experiências sociais. Assim Simel apresenta a sociedade como um objeto dotado de uma forma e de um conteúdo. Esse conteúdo são as experiências sociais, essas

são produtos das interações entre os indivíduos (SIMEL, 2006 p. 59).

As interações sociais são vistas por Simel como algo que surge a partir de impulsos ou pela busca de finalidades, podendo ser exemplos: os instintos eróticos, interesses, objetivos, objetivos de defesa, de ataque, jogo, conquista e ajuda. Esses impulsos e interesses são definidos pelo autor como conteúdos e materiais da socialização:

(...) tudo o que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos — tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros (SIMEL, 2006, p.59)

Esses conteúdos e matérias que fazem parte da vida se vivenciadas de forma isolada pelos indivíduos não possuem uma natureza social. Só conseguindo atingi-la quando contribuem para transformar o isolamento do sujeito em formas de estar e de ser para o outro.

De acordo com Simel (2006, p.61) esses conteúdos e materiais que antes eram um produto do fazer existencial, em dado momento assumem uma independência e criam a própria razão de ser, a própria lei, tornando-se uma finalidade em si mesma. O autor dá um exemplo usando o Conhecimento como objeto criado, para aperfeiçoamento da vida, e que tornou-se um valor em si mesma ao criar as leis com base nas necessidades internas. Essa qualidade autônoma dos conteúdos e matérias foi justamente o que

Simel (op. cit) denominou de socialização. A socialização então como forma autônoma que os conteúdos e materiais assumem perante a vida, criando assim um valor simbólico, dizendo respeito a satisfação de estar socializado, atribuído a sociedade valor e si mesma.

Assim surgem as satisfações de se estar internamente socializados pelo contentamento de fazer parte de um grupo ou sociedade. Outro estudo sobre sociabilidade que recorremos foram os de Tonnies (1995) citado em Lemos (2011, p.133 -135), trazendo como base da vida social as relações sociais, que resultam na interdependência de duas ou mais vontades. Essas vontades são divididas em dois tipos a reflexiva (natural) e a racional. A vontade reflexiva é aquela produzida na recordação, na rotina e no contentamento, enquanto que a racional é fundada na comunhão, na compreensão e no raciocínio. A natureza distinta de cada vontade implica dois tipos de inter-relações uma se caracteriza pelo cálculo, pela isonomia, e a outra é oportunizada pelas colaborações individuais baseada na vontade natural.

Ainda segundo a reflexão de Tonnies (op. cit.) esses dois modos de inter-relações indicam dois tipos de agrupamentos sociais: a comunidade e a sociedade essas possuem formas de relações sociais diferenciadas. Na comunidade as relações sociais ocorrem pelo comprometimento moral, a afetividade, a pessoalidade e pelos espaços compartilhados. Existem assim três tipos de comunidades: a de sangue (parentesco), a de lugar (vizinhança) e a de espírito (amizade). Na sociedade as relações sociais devem ter suas interações analisadas de

forma ponderada, pois nela os indivíduos são autônomos e buscam realizar seus interesses pessoais.

Os fenômenos da sociabilidade que iremos estudar nesse capítulo são estabelecidas entre os Xukuru do Ororubá trabalhadores nas fábricas de Pesqueira e os não índios moradores dos bairros periféricos onde esses índios se instalaram após migrarem do seu território de origem para trabalharem no setor da agroindústria pesqueira. Importante salientar que as relações de sociabilidade que estudamos ocorreram na comunidade de lugar, também chamada de vizinhança como pensada por Lemos (2011, p.133 apud TONNIES,1995).

Tais fenômenos de sociabilidade são um produto das interações sociais estabelecidas por índios e não índios nessas localidades. Essas interações sociais de acordo com as ideias de Lemos (2011, p.132-134 apud TONNIES,1995) ocorrem nas comunidades de lugar e são estabelecidas pela intimidade, simpatia e pelo espaço compartilhado. Mas, tais relações estabelecidas entre os Xukuru do Ororubá e os não índios nos bairros periféricos na cidade de Pesqueira foram influenciadas pela visão que a sociedade cerqueirense tem sobre os Xukuru do Ororubá. E essas mesmas relações sociais ocorridas nessas comunidades influenciaram também a visão que toda a sociedade cerqueirense irá construir e reconstruir acerca desses trabalhadores indígenas e sobre o povo do Ororubá.

Por esse motivo, embora não tenha sido o principal foco da pesquisa, as formas de sociabilidade ocorridas entre os Xukuru do Ororubá e a sociedade cerqueirense como um todo, uma vez que como mencionamos acima, nós

restringimos a análise das formas de sociabilidade ocorridas nos bairros entre os indígenas e os não indígenas. É importante citar que as formas de sociabilidades relatadas pelos nossos entrevistados foram influenciadas pela visão preconceituosa e excludente com a qual os índios Xukuru do Ororubá sempre foram vistos por parte sobretudo da camada privilegiada da sociedade cerqueirense, essa que por sua vez tratou logo de disseminar entre as camadas mais populares da cidade esse preconceito. Valendo-se de sua influência na produção do conhecimento acerca da História do Cotidiano local (GOMES, 2006).

Dessa forma ficou explicito que as relações dos Xukuru do Ororubá com a sociedade cerqueirense ocorreu bem antes da migração desses trabalhadores fabris para a malha urbana de Pesqueira, e o estabelecimento nos bairros periféricos da cidade, no período áureo da agroindústria. Estudos como os de Silva (2008), Souza (1989) e de outros pesquisadores apontaram para uma produção intelectual enorme acerca dos Xukuru do Ororubá por parte de estudiosos e intelectuais na cidade de Pesqueira, dentre os quais membros do clero, escritores e jornalistas. A produção desses intelectuais sempre circulou em jornais locais, em livros e em periódicos na cidade.

Após essas reflexões de volta ao campo de pesquisa mais uma vez para conversar e entrevistar o Pajé Zequinha e o Senhor Jorge, objetivando compreender a natureza espontânea dos conteúdos e matérias originadas das interações sociais estabelecidas entre os trabalhadores indígenas e os não índios nos bairros onde os Xukuru do Ororubá passaram a morar, para atenderem a demanda de

residirem próximo à fábrica onde trabalhavam. Afinal como Simel (2006) apontou é esse material espontâneo que compõe as formas de sociabilidades que iremos conhecer em seguida.

Estive novamente na casa do Pajé Zequinha o mesmo não estava, pois havia se dirigido a uma escola do bairro Caixa d'Água para uma palestra sobre a História do povo Xukuru do Ororubá. Fiquei esperando e logo mais o Pajé Zequinha chegou e iniciei uma conversar sobre as formas que o mesmo encontrou de se relacionar com os vizinhos não indígenas do Bairro Caixa d'Água. O Pajé relatou que os não índios tinham uma desconfiança dele, pois circulava na cidade a ideia de que os índios eram agressivos. Por esse motivo, inicialmente, ao chegar naquela localidade o Pajé Zequinha adotou uma postura mais retraída, procurando manter um contato cauteloso com a vizinha citadina como relatou:

Você sabe como é? Né? Quando vim morar aqui cada um cuidava de sua vida. Eu não olhava a vida de ninguém, e nem eles, os meus vizinhos olhavam a minha. O povo da cidade tinha medo da mim, medo de índio. A gente tinha a fama de ser violento. Então o povo dizia: - Pouca conversa com esses índios. Então, eu ficava na minha também. Sabe? Procurava não incomodar ninguém. E também não era incomodado (Trecho do Diário de Campo em 12/08/2019).

Em afirmações Pajé Zequinha deixa evidente o quanto os contatos com os vizinhos resultavam da interferência de uma visão preconceituosa ou pré-concebida acerca do índio. Podemos falar de uma visão colonial. A

visão do índio agressivo, sempre disposto a briga, a “incivilidade”, dotado de um comportamento hostil. Esse que por conta dessa natureza necessitava ser “civilizado”, educado e moldado para conviver com os não índios em uma sociedade onde os bons costumes eram ditados pela moral cristã.

Esse pensamento incutido no imaginário social a respeito do índio, atrapalhava o Pajé Zequinha em construir uma vida comunitária sadia, junto aos seus vizinhos não indígenas. A interação social com os vizinhos era algo inexistente, em razão da desconfiança de um para com o outro. Esse período foi o que o Pajé disse sentir mais falta da morada na Serra do Ororubá e do convívio com amigos e parentes:

Então, eu sentia falta da Serra. De conversar com os amigos, os parentes. De ficar conversado no terreiro. Na cidade eu não tinha muito com quem conversar. Por isso quando eu tinha um tempinho, eu ia me embora para Ororubá. Saía por ali e estava na Serra com meus parentes e com o meu povo. Era momento de matar a saudade (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 12/08/2019).

A falta de ter um convívio comunitário também era algo para o Pajé sempre retornar ao território de origem. O retorno ao território não era apenas para estabelecer laços culturais, mas também, comunitários de sangue e de espírito. Enquanto os laços de parentesco buscavam o acolhimento afetivo dos familiares, os laços de espírito traziam o acolhimento da fala e da escuta recíproca entre as

pessoas com as quais nutria uma amizade. Verificamos então no relato do Pajé Zequinha o que afirmou Lemos (2011) ao citar Tonnies (1995), acerca dos sentidos atribuídos a cada tipo de comunidade.

Os contatos do Pajé com a Comunidade de Parentesco e de Espírito situada na Serra do Ororubá, amenizava os transtornos causados, pelos poucos contatos que o mesmo tinha com aquela que era a sua nova Comunidade de lugar, o Bairro Caixa d'Água. Com o passar do tempo as interações sociais que antes eram tão cercadas de desconfiança entre o Pajé Zequinha e os vizinhos mudou, quando o Pajé decidiu usar os conhecimentos sobre a benção e a medicação popular para ajudar não só o seu povo, mas também os vizinhos. Sobre essa decisão afirmou:

Teve um momento que eu parei e pensei que se eu ajudava o meu povo rezando os que necessitavam lá na Serra do Ororubá, eu também podia ajudar o povo da rua. Foi então que eu comecei a rezar o povo da rua lá onde eu morava. A reza foi o jeito que encontrei para me dar bem com a vizinhança e o povo da cidade. Eu rezava, passava remédio de ervas, e eles diziam que eu era um bom rezador (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 18/08/2019).

O Pajé Zequinha evidenciou como de forma muito perspicaz encontrou uma maneira de se aproximar dos vizinhos não indígenas, colocando-se à disposição deles para realizar rezas e ensiná-los sobre medicação natural para a cura de doenças. A atividade que antes apenas exercia a benefício de seu povo, passou a ser exercida em

favor de toda a vizinha e das pessoas de outras localidades na área urbana de Pesqueira. Essa atitude lhe rendeu não só a aproximação com os vizinhos e demais moradores na área urbana, mas o fez ter o reconhecimento por parte da população citadina da eficácia das atividades de cura através de suas rezas:

Eu certa vez rezei uma vizinha, ela estava muito adoentada e com a minha reza ficou boa. Daí, as pessoas da rua que eu morava lá em Caixa d'Água e de outros bairros da cidade não pararam de me procurar. Eu nunca cobreí nada de ninguém. Rezar foi uma missão que Deus me deu para que eu curasse o povo. Eu curava de mordida de cobra, de dor de cabeça. Eu curava de muitas outras coisas. Minha casa era cheia. E o povo da rua e da cidade passou a me respeitar e dizer que eu era um bom rezador. Olha, eu rezava todos e sem distinção. Rezava criança, velho, mulher e menino (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 18/08/2019).

A disponibilidade em atender os vizinhos e demais moradores na área urbana da cidade de Pesqueira de forma voluntária, fez o Pajé Zequinha conquistar respeitabilidade e a simpatia dos vizinhos. Com seu trabalho de pajelança o Pajé conseguiu apresentar a sociedade pesqueirense uma outra faceta que não era conhecida acerca dele e do seu povo, acerca de ser índio. Essa faceta tem a ver com a preocupação com o bem-estar do próximo, com bem viver em comunidade doando o conhecimento para ajudar seus membros.

O Pajé Zequinha ao ensinar a manipulação de ervas para medicação dos não índios passou a aproximá-los da

Natureza e a ensiná-los a respeita-la tirando dela a cura para os males dos seus corpos. Contudo, o Pajé compartilhou o seu conhecimento e o propósito de vida com aquela que agora era a sua Comunidade de Lugar. Dessa forma para o Pajé essa Comunidade de Lugar passou a agregar valores, dos quais pertenciam aquela que era a sua Comunidade de Espírito situada na Serra do Ororubá. Pois, em sua vizinhança, o Pajé Zequinha construiu elos de amizade. Sobre o convívio com os amigos de vizinhança falou:

A amizade com os vizinhos foi surgindo. Até que fiz uma grande amizade com seu Pajuaba, seu Nenê (Seu Severino). Todos dois foram meus vizinhos por muito tempo. A gente passou a tomar café e jogar dominó todo sábado e domingo na calçada de casa. Era muito divertido. A gente jogava tanto que não via o tempo passar. Era boa a brincadeira e ficou a amizade boa. Até hoje somos amigos e nos respeitamos muito (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 18/08/2019).

Analisando o relato do Pajé Zequinha percebe-se que as interações sociais existentes em uma Comunidade não são estáticas. Tais interações se transformam de acordo com a dinâmica estabelecida no interior de cada Comunidade. Essa dinâmica está relacionada aos tipos de acordos e aos tipos de necessidades dos membros da Comunidade. (Lemos, 2006, op. cit. Tonnie). No relato do Pajé a nova Comunidade de Lugar na área urbana ganhou com o passar do tempo, características de sua Comunidade de Espírito e isso ocorreu porque as relações que o Pajé estabelecia com os vizinhos se transformaram.

Vê-se que a denominação de cada Comunidade não mudou, ou seja, a Comunidade de Lugar não se tornou uma Comunidade de Espírito, bem como, a Comunidade de Espírito, não se tornou a Comunidade de Lugar. Mas, a Comunidade de Lugar passou a agregar para o Pajé Zequinha valores da Comunidade de Espírito. Houve, sobretudo, para que tudo isso ocorresse uma modificação na mentalidade do Pajé sobre para quem deveria oferecer os conhecimentos de Pajelança, se somente para a Comunidade de Parentesco e Espírito, ou também para aquela que havia se tornado a mais nova Comunidade de Lugar.

A partir dessa situação, concluímos que podem ser compartilhadas as características semelhantes as Comunidades de Lugar e as de Espírito, pois em ambas podem existir interações sociais onde a pertença e a amizade se confluem. Pois, a natureza das interações sociais estão em perfeito movimento para atender as demandas dos sujeitos que compõem tais Comunidades. Se pode pensar também que não se constrói uma natureza de pertencimento sem amizade e não se constrói uma natureza de amizade sem o sentimento da pertença. A pertença diz respeito a um lugar que é físico, mas que também é simbólico, abstrato. Pertencer diz respeito a se sentir ligado a algo (abstrato, extra físico) e a alguém ou a alguma coisa (matéria, físico). É dessa forma que não há entre os tipos de Comunidade uma linha fronteira tão tênue, onde os valores dessas não possam ser confluem em certos momentos da existência.

Depois de entrevistar o Pajé Zequinha procurei conversar também, com o Senhor Jorge sobre como ocorreu

a convivência dele com os moradores não indígenas na localidade onde residiu na área urbana de Pesqueira. As lembranças primeiramente referem-se ao contato que o mesmo estabeleceu com os moradores não indígenas da área central da cidade de Pesqueira na casa alugada, das mãos de um dos proprietários da Fábrica Peixe o industrial Moacir de Brito.

Na residência na área central da cidade de Pesqueira, o Senhor Jorge disse que as pessoas sabiam que era índio, mas que era mais conhecido como funcionário da Fábrica Peixe. E funcionário que tinha a confiança da família Brito. Em sua rua, no centro da cidade, havia muitos comerciantes e os principais clientes eram os funcionários das fábricas no município. O comércio na cidade de Pesqueira sempre foi uma atividade tradicional, outrora havia sido essa atividade responsável pelo crescimento da área urbana da cidade:

A importância do comércio era tão significativa para a cidade, que até o aspecto físico de Pesqueira, ou seja, sua paisagem urbana, principiou-se na localização das casas de negócios. Pode-se constatar que o antigo bairro comercial, assim como as construções mais remotas, situa-se de forma retilínea no centro da cidade. A urbanização de Pesqueira, destarte, seguiu uma linha reta, como se fosse uma “longa espinha dorsal uniforme onde se encontram as casas comerciais e residenciais que dominam a sua paisagem urbana” (GALINDO, 2007 p.56).

O comércio sempre foi uma atividade importante para o município de Pesqueira tendo sido essa a atividade

econômica que financiou o surgimento das atividades industriais naquele município (GALINDO, 2007 p.59). Vimos que sendo os comerciantes influentes na cidade de Pesqueira, era natural que soubessem, como relatou o Senhor Jorge, sobre a rotina referente ao pagamento dos proventos dos funcionários das fábricas da cidade. E também era comum que muitos tivessem informação da conduta dos trabalhadores nas fábricas, a exemplo do Senhor Jorge Tavares, conhecido por muitos dos comerciantes como sendo, correto com os compromissos no trabalho e que por isso gozava da plena confiança da família Brito.

Essa fama do Senhor Jorge fazia com que muitos dos vizinhos, donos de negócios, o procurasse para vender as mercadorias com um prazo que o permitisse pagar apenas no momento do recebimento do salário como trabalhador na Fábrica Peixe. Sobre essa forma de sociabilidade baseada na compra e venda de mercadorias o Senhor Jorge afirmou:

Os donos dos negócios que eram meus vizinhos sabiam que eu era índio, mas eles me conheciam mais por ser funcionário de confiança dos Britos que eram donos da Fábrica Peixe. Eles por esse motivo confiavam em mim, sabiam da minha honestidade, sempre trabalhei para os Britos, desde de menino, e nunca fiz nada errado. Então, esses comerciantes sabendo que eu recebia da terça às 11:00 horas até a quarta às 11:00 horas da manhã me procuravam para me vender sem dinheiro, autorizando que eu pagasse apenas quando eu recebesse meu salário da Fábrica Peixe. (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 18/08/2019).

Percebemos que a relação de compra e venda de mercadorias estabelecida entre o Senhor Jorge e os vizinhos era uma forma de sociabilidade possibilitada pelo seu trabalho na fábrica. A certeza que os vizinhos tinham de que o mesmo tinha uma renda e que era um homem de confiança para se vender com prazo. Foi o que possibilitou aproximar-se dos vizinhos. Embora soubessem da identidade indígena, era a identidade de trabalhador da Fábrica Peixe possibilitando conquistar uma relação comunitária baseada na confiança com os vizinhos comerciantes.

Em seu relato o Senhor Jorge não descreveu sobre outros aspectos de sociabilidade com os moradores da rua onde morou próximo à Fábrica Peixe. Atividades como por exemplo: festas comunitárias, conversas em praças e etc. Não foram mencionadas, algo que o mesmo sempre enfatizou, foi a confiança conquistada entre os seus vizinhos que possuíam estabelecimentos comerciais. Em outro momento de nossa conversa relatou, que certa vez por ter proximidade com tais comerciantes, foi designado pelo o Senhor Moacir Brito a pagar dívidas de um funcionário da Fábrica Peixe em estabelecimentos do comércio local:

Um dia tive que pagar a mando do seu Moacir umas contas no comércio de um funcionário. Era um funcionário que não gostava de pagar o que devia. Comprava mais não era bom de pagar. Seu Moacir não gostava disso. E me pediu para ir nas lojas onde ele havia comprado para pagar suas dívidas. Passei uma semana resolvendo isso. Foi bom porque fiz ainda mais amizade no comércio. (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 19/08/2019).

A conquista da amizade e da confiança dos vizinhos comerciantes era muito importante para o Senhor Jorge, ser conhecido como honesto e bom em pagar dívidas, eram requisitos principais para a efetivação de uma boa relação com aqueles que comercializam. Sabendo disso, o Senhor Jorge tratava de cuidar desses aspectos nas interações sociais com os não índios na cidade. Percebe-se que a estratégia para viver na cidade e se relacionar bem com os não índios partiu da observação da dinâmica do lugar onde morava. Não podendo participar dessa dinâmica como comerciário, pois o mesmo era trabalhador da Fábrica Peixe. O Senhor Jorge tratou de ser um bom comprador, ao ponto de pagar corretamente as dívidas junto os estabelecimentos comerciais de sua rua, e também os dos demais trabalhadores da Fábrica Peixe sempre que solicitado pelo patrão.

Assim, o Senhor Jorge passou a ser um intermediário entre os comerciantes de sua rua e o financeiro da Fábrica Peixe. Pois, todas às vezes que algum funcionário da fábrica atrasava ou não pagava as compras nos estabelecimentos de sua rua. Era ao Senhor Jorge que os proprietários comunicavam para que o mesmo intervisse junto a empresa para que a dívida fosse paga:

Muitas vezes como eu já era conhecido pelos comerciantes da rua. Eles recorriam a mim para receber dívidas atrasadas ou as que não eram pagas. Isso acontecia de vez em quando. Eu chegava no estabelecimento, onde alguém da fábrica devia e não tinha pago, e o dono pegava a nota do débito e me mostrava para receber. Aí, eu levava a nota e trazia o valor que era descontando

do ordenado da pessoa que devia. Eu tinha que informa lá na fábrica, né? Se eu não informasse dava entender que eu estava colaborando para o não recebimento da dívida. E essa situação poderia me fazer perder meu emprego. Pois, o certo é que quem vendia queria receber, né? (Trecho Extraído do meu Diário de Campo em 19/08/2019).

O convívio do Senhor Jorge com os vizinhos da rua próxima da Fábrica Peixe tornou-se tão satisfatório, que quando o mesmo se mudou para a residência que habita até a atualidade no Bairro Salgado, os novos vizinhos já eram sabedores de que ele era um homem bem quisto entre os comerciantes na cidade. O que o ajudou a estabelecer-se no novo endereço e relacionar-se bem com os novos vizinhos:

Quando vim morar aqui no Bairro Salgado, na Major Panta, com minha esposa e meus filhos, o povo já me conhecia da amizade que tinha com os comerciantes do centro por causa do trabalho na Fábrica Peixe. Eles sabiam que eu era índio, mas nunca ouvi nada de ofensa por causa disso. O que prevaleceu foi a confiança que eu já tinha conquistado na Fábrica Peixe e no comércio da cidade. (Trecho extraído do Diário de Campo em 19/08/2019)

A relação do Senhor Jorge e do Pajé Zequinha com os seus vizinhos não indígenas na cidade de Pesqueira deu-se através dos conteúdos que dizem respeito a confiança e a desmitificação da visão que se tem do índio no imaginário coletivo. A imagem do índio raivoso, desonesto e por isso inconfiável. Foi desconstruída entre os vizinhos não indígenas do Pajé e do Senhor Jorge a partir do momento

que cada um deles descobriu uma maneira de contribuir de forma positiva com seus vizinhos. Seja através do compartilhar de seus saberes de benedição e de manipulação de ervas medicinais ou colaborando com os recebimentos de dívidas por parte dos vizinhos comerciantes.

O Pajé Zequinha e o Senhor Jorge, respectivamente, encontraram formas de sociabilidade com as vizinhanças possibilitando aos mesmos habitarem a malha urbana de cidade de Pesqueira e manter uma mobilidade nesse espaço pautada pelo respeito a identidade indígena dos mesmos. Nota-se que a propagação da conduta confiável dos mesmos, “apesar” da identidade indígena era algo que sempre os preocupavam. Essa são as marcas do pensamento preconceituoso e aniquilador da diversidade étnica implantada pelo sistema colonial e compartilhada como afirmamos acima, pelos intelectuais locais, esse pensamento os perseguiu em todo o momento, desde o esbulho das terras na Serra do Ororubá, até o estabelecimento dos mesmos na cidade de Pesqueira.

Mas, construir uma nova vida na cidade com oportunidade de acesso à educação, a assistência médica e trabalho para si e as famílias, também foi o que os motivaram a encontrar estratégias para sobreviverem na cidade. Por observar essa preocupação de ambos com a família procurei entender como os mesmos passaram a organizar a dinâmica familiar nas novas localidades situadas na área urbana de Pesqueira.

Compreendi que a vinda para a cidade não transformou apenas as relações entre esses indígenas e os não indígenas moradores das localidades onde os Xucurus

2.2 A Organização da dinâmica familiar dos trabalhadores Xukuru do Ororubá moradores na cidade.

Ao terem que abandonar suas terras na Serra do Ororubá e se instalarem na cidade, para recomeçarem uma nova vida como trabalhadores nas fábricas em Pesqueira, os entrevistados tiveram que reorganizar as dinâmicas familiares. Para entender quais aspectos sobre essa dinâmica recorreremos aos estudos de Beerenwinkel e Keusen (2014, p.774) “(...) dinâmicas familiares levam em consideração uma série de configurações de funcionamento, formas de relacionamento e estruturas familiares, que estão em constante transformações, tais como, por exemplo, uniões, rupturas, desagregações, reaproximações, afastamentos e etc.”

Ainda ressaltando que há relevância em estudar a dinâmica familiar dos trabalhadores Xukuru do Ororubá nas fábricas na cidade de Pesqueira, no espaço urbano, por ser a família:

(...) uma instituição complexa que congrega trajetórias individuais e que se expressa em arranjos diversificados e em espaços únicos ligados diretamente às transformações da sociedade. Esse sistema plural se reveste de diversas definições e controvérsias, e há relevância no que se refere ao processo de crescimento e desenvolvimento de seus membros, sendo que nela acontece o primeiro processo de socialização (ELSEN; MARCON; SANTOS, 2002, p. 230-239).

De acordo com os teóricos acima citados observa-se que estudando a dinâmica das famílias dos trabalhadores Xukuru do Ororubá é possível compreender aspectos que dizem respeito ao impacto do trabalho fabril no núcleo familiar de cada um dos nossos entrevistados. Evidentemente observando como bem explicaram os autores, as trajetórias dos membros familiares dos entrevistados. Compreende-se que estudar aspectos da dinâmica dessas famílias ainda ocorre como entendemos nas conversas e entrevistas com o Pajé Zequinha e o Senhor Jorge que a família para esses entrevistados é “unanimesmente vista ainda Como a base ou estrutura do ser humano e das suas relações sociais, responsável por educar o indivíduo, apoiá-lo e proporcionar-lhe bem-estar e qualidade de vida.”(BEERENWINKEL; KEUSEN, 2014, p.778).

Em conversas quanto às mudanças da dinâmica familiar dos mesmos, estavam vinculados a mudança territorial, pois a saída da Serra do Ororubá para a zona urbana da cidade de Pesqueira provocou mudanças significativas no cotidiano das famílias. Habitar no território na Serra do Ororubá possibilitava, por exemplo, que os membros das mesmas famílias morassem próximos uns dos outros, o mesmo não ocorreu quando alguns integrantes das famílias vieram morar na cidade.

Algo que também ficou evidente nas conversas e entrevistas com o Pajé Zequinha e o Senhor Jorge Tavares foram os significados que atribuíram separação dos parentes que continuaram a habitar na Serra do Ororubá. A saudade dos parentes como pais e avós era algo sempre

lembrando. E a separação foi sempre justificada pelos entrevistados como necessária, por terem com seus familiares que sobreviveram no espaço urbano. Como observado no relato do Senhor Jorge Tavares:

Vindo morar na cidade para trabalhar para o “Doutor” Moacir na Fábrica Peixe me afastei de muitos parentes que ficaram na Serra. Principalmente da minha avó que me criou. Morando na cidade eu não havia mais com frequência. Sentia saudade, mas eu precisava trabalhar na Fábrica para sustentar minha mulher e os nossos dois filhos. (Trecho extraído do Diário de Campo em 22/10/19)

Ao mesmo tempo em que se afastou da avó por causa da vinda para a cidade e o trabalho na Fábrica Peixe, o “Seu” Jorge também reencontrou na cidade parentes que não tinha contatos há muito tempo. Pois, esses haviam vindo morar na cidade a mais tempo:

Eu me afastei da minha avó por causa de ter que vim morar na cidade, e trabalhar na fábrica fazendo um pouco de tudo. Mas, eu acabei reencontrando outros parentes que já estavam na cidade a mais tempo, esses eu havia perdido o contato. Como foi o caso do meu primo que me abrigou na casa dele no início do meu trabalho na Peixe. Depois dele encontrei outros primos que moravam em bairros afastados do centro da cidade (Trecho extraído do Diário de Campo em 22/10/2019)

A dinâmica sobre os contatos mais frequentes do Senhor Jorge com a avó não era mais possível por causa da distância das residências, e por causa do trabalho na fábrica.

Ao mesmo tempo a vinda para a cidade, o ajudou a reencontrar alguns parentes, e reestabelecer os laços familiares com aqueles que não via a muito tempo.

Uma preocupação frequente para o Senhor Jorge era a educação dos filhos, que antes estudavam em uma escola próximo a Serra do Ororubá, mas com a vinda para a cidade tiveram que mudar de escola e se adequar à nova realidade de deslocamento até o espaço escolar:

Quando passei a morar na cidade trouxe minha mulher e os dois filhos dela que passei a criar como sendo meus. Então, e nos preocupávamos muito em dar a eles uma vida boa. Procurei logo colocar eles em uma nova escola. Não queria que nenhum do dois ficasse sem estudar. Eu trabalhava muito mais eles tinham que estudar. Para conseguir algo melhor na vida. A escola era um pouco longe de casa, diferente lá da Serra, eles tinham que estudar fazer o que? Ai, tiveram que se acostumar. (Trecho extraído do Diário de Campo em 22/10/2019).

A organização da vida escolar dos filhos do Senhor Jorge fazia parte da dinâmica da família, ele e sua esposa viam nos estudos, uma possibilidade de uma vida melhor. Por esse motivo, não viram na mudança da Serra do Ororubá para o Bairro Salgado, uma desculpa para deixar os filhos sem frequentar a escola. Mesmo sendo a escola na zona urbana mais distante da casa. Estudar na zona urbana era definitivamente algo mais difícil do que estudar em seu território de origens, onde a escola era mais próxima.

A preocupação com a moradia também chamava atenção do Senhor Jorge, que ao vir para cidade teve que

deixar a casa na Serra do Ororubá e morar em casa de parentes para depois em uma casa alugada do patrão o Senhor Moacir de Brito. A necessidade de construir uma moradia para a família o fez trabalhar muito para juntar dinheiro, e também trabalhar de madrugada como pedreiro na edificação da residência:

Quando cheguei para morar no Bairro do Salgado meus filhos já eram maiores, e eu vivia pagando aluguel. Pensei que eu tinha que voltar a ter uma casa. Viver de aluguel não dava. Eu ganhava pouco. E eu precisava construir uma casa para a minha família. Então, combinei com a minha esposa que quando recebesse 2 mil contos da Fábrica Peixe eu iria terminar a nossa casa. Para iniciar a construção eu tirava todo mês um pouco do meu salário, e ia comprando material. Assim fui construindo, trabalhei de madrugada levantando as paredes para a minha família ter uma casa, e a gente não pagar aluguel na cidade. Eu construí sozinho não tinha dinheiro para pagar um pedreiro. Foi eu e Deus. (Trecho extraído do Diário de Campo em 22/10/2019).

Ter uma casa para a família fez com que Seu Jorge construísse com pouco dinheiro e com o pouco tempo vago que dispunha a residência no Bairro Salgado. Seu esforço para deixar de pagar aluguel e ter uma moradia para família na cidade, são exemplos de como a saída do Sítio do Meio, na Serra do Ororubá, alterou a dinâmica familiar, pois se antes a família tinha uma casa para morar teve que deixá-la para trás. E comprometer parte da renda mensal, para a construção de uma nova moradia.

Os contatos menos frequentes com a avó, o reencontro com alguns parentes na cidade, a preocupação em manter os filhos na escola e a necessidade de construir uma casa para a família na cidade, evidenciaram como a dinâmica familiar do Senhor Jorge modificou-se após os esbulhos das terras na Serra do Ororubá para que viesse com a família morar na cidade. Se anteriormente a Serra do Ororubá proporcionava a família de “Seu” Jorge moradia, educação próxima do território e os contatos com maior frequência com os parentes, a vinda para a cidade exigia que toda a dinâmica da família fosse refeita. Desde a convivência com novos parentes até a organização de uma nova moradia e de novas condições de educação para os filhos.

Com relação a dinâmica familiar do Pajé Zequinha também foi alterada com a vinda junto com os parentes para a cidade. O Pajé relatou as dificuldades em cuidar da saúde da esposa morando na Serra do Ororubá, pois assistência à saúde não conseguia atender as necessidades dela. Necessidades essas que com a vinda para a cidade e o passar do tempo aumentaram.

Na cidade a esposa do Pajé deixou de ter a vida ativa que tinha na Serra, e esse foi um dos motivos que a levou a ficar mais doente, e ter que frequentemente ir aos hospitais a procura de assistência médica:

Minha esposa quando morava na Serra era doente. Esse também foi um dos motivos que me fez morar na cidade, além do meu trabalho na Fábrica Peixe. Mas, quando veio morar na cidade eu lhe digo, ela ficou mais doente. Lá na Serra ela plantava e cuidava da roça. Aqui na cidade foi

ficando mais dentro de casa e sem se movimentar. Então, foi ficando ainda mais doente. Foi ficando com problema de circulação nas perdas. A minha vida aqui na cidade era correr com ela para os médicos. Quando não era eu quem ia com ela eram os filhos. E eu só sei que gastei muito dinheiro. Ganhava pouco na fábrica, e me virando na roça como podia. Tudo para cuidar da saúde dela e cuidar da família (trecho extraído do Diário de Campo em 22/10/2019).

Por causa dos inúmeros problemas de saúde da esposa, devido a vida mais sedentária na cidade, passou a depender cada vez mais da filha, que decidiu dedicar o tempo para cuidar da mãe, e por isso deixou de trabalhar na cidade. Dedicando o tempo a cuidar dos afazeres domésticos e a acompanhar a mãe ao médico quando necessário:

Por causa da doença que minha esposa adquiriu, o problema de circulação. Minha filha que trabalhava teve que deixar seu emprego e cuidar dela. Minha filha passou a fazer tudo dentro de casa: lavar, passar, cozinhar e leva-la no médico. A mãe ficou muito doente, não aguentava mais ficar muito tempo de pé. Quando trabalhava na roça era ativa. Foi a gente vir morar na cidade ficou assim. Também parada só dentro de casa. Aí, já sabe! Quem tem o costume de trabalhar, quando para, adoece (Trecho extraído do Diário de Campo em 24/10/2019).

Enquanto a filha deixou de trabalhar na cidade, um dos filhos do Pajé Zequinha ao vir morar na zona urbana enfrentou dificuldades para encontrar emprego nas fábricas em Pesqueira. Embora continuassem indo a Serra do

Ororubá plantar para vender na feira da cidade, não conseguia apenas com essa atividade sustentar a família, e passou a prestar serviços na cidade como pedreiro, encanador e serralheiro:

Eu tenho um filho que veio da Serra para a cidade já casado. E quando chegou aqui, cadê arrumar trabalho nas fábricas? Ele voltava para a Serra botava o roçado, e vendia na feira. Mas, era pouco o que ganhava, não dava para sustentar a família. Daí, teve que se virar na cidade. Aprendeu a fazer serviço de pedreiro, marceneiro e serralheiro para dar de comer a família. A vinda dele para a cidade foi difícil, mas graças a Deus ele venceu. (Trecho extraído do Diário de Campo em 24/10/2019).

Diante das dificuldades do filho em conseguir emprego na cidade, indagamos o Pajé sobre como ocorreu o acesso dos filhos dele a educação na zona urbana. O que nos relatou:

Todos os meus filhos foram matriculados em escolas na cidade. Não deixei nenhum sem estudar. Eu não estudei muito, minha vida toda foi trabalhando na roça e na fábrica. Mas, eu sempre fiz questão que meus filhos estudassem. Então todos eles quando vieram morar na cidade passaram a estudar à tarde. A escola era longe de nossa casa. Mas, o ônibus chegava de uma hora da tarde na porta. Então, todos eles entravam e iam para a escola (Trecho extraído do Diário de Campo em 24/10/2019).

Embora o acesso à educação na cidade fosse difícil, o Pajé Zequinha fez questão que os filhos frequentassem a escola. Reconhecendo essa dificuldade era disponibilizado

um ônibus pelo município para que os filhos frequentassem a escola. A dificuldade para o filho conseguiram emprego na cidade, não tinha nada a haver com a falta de formação. A necessidade de sustentar a família fez com que o filho do Pajé driblasse as dificuldades e aprendesse outros ofícios para conseguir sobreviver na cidade.

Enquanto um dos filhos encontrava dificuldades em conseguir emprego na área urbana de Pesqueira, outro ao chegar na cidade conheceu uma moça, casou e teve filhos. Nesse momento a família do Pajé Zequinha incorporou novos membros. A família do Pajé aumentou com a chegada da nora e netos:

Tenho um filho que chegou aqui na cidade, e casou com uma moça que não é índia. Depois arrumou logo filhos. Eu e a mulher nos tornamos avós. Foi uma felicidade para a gente. A família aumentou. Gostei muito de ter minha nora e meus netos. Família grande é coisa boa. Final de semana chegava e a casa ficava cheia de gente, era aquela alegria para mim e para a minha esposa (Trecho extraído do Diário de Campo em 24/10/2019)

Observamos no relato do Pajé Zequinha, que fez parte da mudança de sua dinâmica familiar, a aceitação por parte do mesmo, do casamento de um dos filhos com uma moça não indígena. Sendo esse acontecimento visto pelo Pajé com muita alegria. Ainda sobre o relato do Pajé com relação ao casamento de filho, o lazer da família, representado pelas reuniões de fins de semana, ficaram mais felizes com a presença dos novos parentes. Para o Pajé a vinda para cidade e o trabalho na Fábrica Peixe havia lhe

trazido alguma alegria. A família havia aumentado com uma nora e netos que alegravam a rotina da família na cidade.

Nas inúmeras declarações do Pajé Zequinha e do Senhor Jorge percebi sempre o orgulho que ambos possuíam em ser Xukuru do Ororubá. Em nenhum momento morando na zona urbana e se relacionando com os não índios omitiram a identidade indígena. Procuraram conviver na cidade se adaptando a uma realidade diferente do território de origens, a fim de terem uma vida digna junto com os familiares. Essa dignidade inclusive estava vinculada a saberem serem índios e respeitados como tais. Mas, se até esse momento tratamos do cotidiano fora da fábrica, no próximo capítulo buscamos discutir como os entrevistados lidavam com a identidade indígena no solo da fábrica onde trabalharam.

CAPÍTULO 3

TRABALHO, IDENTIDADE, RELACÕES INTERÉTNICAS E DIREITOS

3.1 Ser Xucuru do Ororubá e/ou ser trabalhador na fábrica: negação ou reafirmação da identidade indígena no cotidiano fabril.

Quando o Pajé Zequinha começou a trabalhar na Fábrica Peixe em 1945, sua função era a de descarregar caminhões de tomates durante as madrugadas. Depois trabalhou como forneiro, ou seja, o encarregado do forno que cozinhava os doces e as conservas na Fábrica Peixe. Para conseguir esse trabalho procurou falar na época com um encarregado do setor e informou de onde estava vindo e a atividade laboral anterior. Sobre esse primeiro contato com os superiores na fábrica o Pajé relatou:

Eu estava na cidade, plantava na Serra, mas ganhava muito pouco. O que ganhava não dava para alimentar minha família. Eu já plantava nas terras dos outros. Aí eu procurei trabalho na fábrica Peixe. Disse que morava na Serra e que era agricultor. Na época eu falei com um encarregado. Não me lembro o nome dele., mas, ele sabia que eu era índio, mas só que dizer isso era pesado. Os índios tinham a fama de não levar desaforo para a casa. Mas, uma coisa eles sabiam e muitos diziam na fábrica: “pode empregar esses índios que eles são trabalhadores. Não são de enrolada.

Trabalham de verdade” (trecho extraído do Diário de Campo em 29/10/2019).

Admitir que o Pajé Zequinha era índio por parte do superior soava como equipará-lo com uma pessoa agressiva, temperamental. Ao mesmo tempo que outros funcionários da Fábrica Peixe faziam questão de ressaltar que a admissão dos trabalhadores indígenas era um bom negócio, uma vez que esses trabalhadores exerciam a função laboral com responsabilidade. O relato do Pajé apontou a dicotomia presente no discurso dos trabalhadores não indígenas com relação aos indígenas no meio fabril.

Ao mesmo tempo que o discurso sobre os Xukuru do Ororubá apontavam para os classificar como selvagens e bravo, também eram vistos como dispostos para o trabalho. Esse ideário com relação aos Xukuru do Ororubá em muito lembra as narrativas dos colonizadores que mesmo definindo os índios como bravos, esperavam que os mesmos trabalhassem nas atividades extrativistas do pau-brasil durante o período colonial.

Ao ouvirmos a narrativa do Pajé Zequinha com relação as impressões que tinham os trabalhadores não índios sobre os trabalhadores indígenas, perguntamos se ele se autodeclarava índio no espaço de trabalho. O que o mesmo respondeu:

Eu não escondia que era índio. Eu nunca escondi. Eu não vivia falando isso. Por causa dos problemas que tinha com a questão da terra. Como eu já disse era pesado dizer que se era índio. Mas, se me perguntavam se eu era índio ou não. Eu respondi: Sou sim! Não tinha esse negócio de

dizer que não. Eu já trabalhava na fábrica por quer era o jeito. Ainda ia negar meu povo! (Trecho extraído do Diário de Campo em 29/10/2019)

Para o Pajé Zequinha negar a identidade indígena para os trabalhadores não indígenas na Fábrica, era negar o povo Xukuru do Ororubá. E o mesmo ressaltou que não havia contentamento em trabalhar na fábrica. Pois foi o esbulho de suas terras na Serra do Ororubá que lhe obrigou a trabalhar na agroindústria. A Serra do Ororubá tornou-se espaço para o plantio de muitas frutas para a fabricação dos produtos da Fábrica Peixe, e o trabalho dos Xukuru do Ororubá na linha de produção da fábrica, mal remunerado e sem registro contribuiu para o enriquecimento dos donos da Fábrica Peixe. Era justamente esse assunto que era evitado na fábrica. Por isso, o Pajé embora fosse índio pouco falava sobre a identidade étnica com os colegas de trabalho a não ser quando inquerido pelos mesmos.

Nesse caso se pode afirmar que havia duas identidades a serem vivenciadas pelo Pajé Zequinha no ambiente da fábrica, a identidade pessoal, ou seja a identidade Xukuru do Ororubá, e a outra, a identidade social essa era a mais vivenciada no contexto fabril, a de trabalhador da fábrica. A primeira só era revelada quando o mesmo era provocado pelos colegas para falar a seu respeito, e a segunda era a mais acionada para que fosse evitado o constrangimento por parte dos não indígenas no ambiente de trabalho. Sobre a quebra dessas duas identidades escreveu Santos (2005):

(...) a identidade pessoal (ou a identidade para si) e a identidade para os outros. Esta dualidade não pode ser quebrada, uma vez que a identidade pessoal tem de ser reconhecida e confirmada pelos outros. Por outro lado, este processo não é estável, nem linear. Pelo contrário, apresenta-se complexo e dinâmico, na medida em que, em primeiro lugar, cada um de nós pode recusar uma identificação e se definir de outra forma e, por outro lado, sendo um processo construído socialmente, muda de acordo com as mutações sociais dos grupos de referência e de pertença a que estamos ligados, conforme estes alteram as suas expectativas, valores influentes e configurações identitárias (SANTOS, 2005, p. 123).

No ambiente da fábrica a identidade pessoal do Pajé não era evidenciada em detrimento daquela que era a identidade para os outros (os não indígenas), a identidade de trabalhador da fábrica, de descarregador de caminhões e de forneiro. Sendo a última a que o aproximava dos trabalhadores não indígenas, essa o tornava um ser comum a todos os outros trabalhadores daquela empresa. Essa era a identidade que interessava ao meio em que o Pajé estava inserido no contexto urbano, o meio da agroindústria na cidade de Pesqueira.

Sendo identificado e identificando-se como operário da fábrica o Pajé não era mais o indígena que teve as terras “compradas” indevidamente e/ou invadidas pelo patrão, e por esse motivo não tinha terras para reivindicar. Deveria contentar-se em trabalhar e receber o salário como trabalhador na Fábrica Peixe. O Pajé fingia, então, aceitar a situação por ter que sobreviver com os familiares na cidade,

mas a convicção de estar sendo explorado a sua memória não o fazia esquecer.

A identidade na pós-modernidade como afirmou Hall (2006, p.14) resulta de uma fragmentação do ser humano, e passa a dar lugar a novas identidades, refutando a ideia que antes era construída a respeito do indivíduo, como sendo uma ser de uma identidade unificada. Estando o Pajé Zequinha vivendo a experiência como trabalhador na Fábrica Peixe em pleno século XX, essa experiência pedia que o mesmo abandonasse a identidade indígena, sendo a identidade de trabalhador fabril a única possível a ser vivenciada no ambiente da fábrica. Exemplificando o que Hall escreveu a respeito de como as identidades eram vivenciadas antes do advento da pós-modernidade.

Essa situação era uma tentativa de fazer com que o Pajé construísse uma identidade ilusória a respeito dele e de sua etnia. O que favorecia os interesses daqueles que haviam se apropriado de suas terras. Sobre a construção de uma identidade fictícia afirmou Hall:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu"... a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

A identidade de trabalhador na Fábrica Peixe assumida pelo Pajé Zequinha podia até tentar afasta-lo da identidade Xukuru do Ororubá, mas os contatos com os antepassados Xukuru do Ororubá não o fazia esquecer de suas origens durante o tempo em que trabalhou na fábrica. Sobre a importância desses contatos relatou o Pajé:

Eu trabalhava na fábrica. Mas, não gostava de trabalhar para os outros. Logo, eu me lembrava do que a minha avó dizia, que as terras lá da Serra eram nossas, e que haviam tirando de nós. Quem tirou foram os “brancos”. Eles tiraram a terra da gente. Minha avó dizia que nós éramos índios e que não deveríamos confiar nos “brancos”. Então, eu lembrava disso (trecho extraído do Diário de Campo em 29/11/2019).

O trabalho na Fábrica Peixe trazia ao Pajé Zequinha suas memórias acerca de suas origens. O espaço da fábrica fazia o Pajé lembrar cada vez mais das histórias que a avó contava sobre a apropriação indevida dos não índios sobre as terras do seu território. E sobre a importância de reconhecer-se Xukuru do Ororubá. Ao acionar as memórias com relação as narrativas da avó, o Pajé faz recordar Halbwachs (1990, p.28) sobre a importância dos relatos dos outros membros de um grupo “(...)depoimentos dos outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança (...)”

Vemos que o mundo do trabalho tenta sobrepor ao mundo da vida, buscando operacionalizar a existência humana, tirando dela a espontaneidade, a visão real. Esse é o papel do Capitalismo frente a tudo aquilo que diz respeito

a experiência humana: a identidade pessoal, as memórias individuais e coletivas, a territorialidade e etc. Esses devem ser esquecidos, negados, pois, atrapalham a integração social proposta pelo Capital. Como afirmou Antunes (2009) ao citar os estudos de Marx e Habermas:

O poder e o dinheiro, como meios de controle que se desenvolvem no interior do sistema, acabam por se sobrepor ao sistema interativo, à esfera comunicacional. Opera-se uma instrumentalização do mundo da vida, sua tonificação. Com o aumento e complexificação dos subsistemas, o fetichismo, descrito por Marx, acaba por invadir e instrumentalizar o mundo da vida. Dá-se, então, o que Habermas caracteriza como o processo de colonização do mundo da vida (idem: 318). Esses fenômenos já se constituem como efeitos do desacoplamento entre sistema e mundo da vida. A racionalização do mundo da vida torna possível realizar a integração social, por meios diferenciados daqueles presentes no mundo da vida, como a linguagem. Para Habermas, o capitalismo e seu aparato estatal moderno configuram-se como subsistemas que, pelos meios poder e dinheiro, se diferenciam do poder institucional (ANTUNES, 2009, p. 149).

A tecnificação da vida por parte do sistema Capitalista fazia com que os trabalhadores Xukuru do Ororubá esquecessem as sutilezas de suas vidas. Esquecer as sutilezas da vida é esquecer o real sentido de ser o que somos, logo é esquecer de pensar nossa identidade. Algo que incomodava aqueles que desejavam que os indígenas esquecessem da história e que apenas se vissem como trabalhadores na fábrica. Quem pensa a sua história pode reclamar as injustiças que fazem parte dela. Mas, os Xukuru

do Ororubá não podiam reivindicar as suas terras. Assim, a fetichização da vida desses trabalhadores por parte do Capital escondia as injustiças cometidas em nome do acúmulo do dinheiro e do poder.

Conversando com o Senhor Jorge sobre assumir a identidade indígena ou não no espaço da fábrica, o mesmo relatou que não falava muito desse assunto, mas que o Senhor Moacir sabia que ele era índio. E que por vezes perguntava se estava indo a Serra dançar o Toré. Seu Jorge também citou que o Moacir sabia que as terras da Serra de Ororubá não lhes pertencia e em algum momento teria que devolve-las:

Seu Moacir sabia que eu era índio. E que lá na Serra a gente se juntava para dançar o Toré. Ele me perguntava se eu ia a Serra para dançar. Eu dizia que ia. Ele também dizia que as terras da Serra não eram dele e que estava para chegar a hora dele devolver elas. Ele dizia que o dinheiro estava pronto para pagar o que devia. Sabia que ia ter que entregar a terra aos donos (trecho extraído do Diário de Campo em 29/10/2019)

A vivência da identidade indígena do Senhor Jorge estava intimamente vinculada com a presença e participação na dança do Toré. O patrão fazia questão de ouvir o mesmo falar sobre a festa e rodas de Toré na Serra do Ororubá. A convivência com os donos da Fábrica Peixe desde dos oitos anos de idade, não o fez esquecer as origens e identidade. Possibilitando inclusive que os donos da fábrica assumissem a apropriação indevida das terras na Serra do Ororubá.

Mesmo não tendo problema em tratar sobre a identidade com o Senhor Moacir, o Senhor Jorge não afirmou se tratava sobre a identidade indígena com outros funcionários na fábrica. Achando melhor que os mesmos os respeitassem por ser bom empregado. Relatando, inclusive, que a aproximação com os Britos o possibilitava reclamar caso faltassem com respeito ao mesmo por ser índio ou por outro motivo:

Eu não falava com os funcionários da fábrica sobre as idas a Serra para dançar o Toré. Eu não dizia que era índio, mas não precisava dizer, todos sabiam que eu era. Era melhor fazer bem o meu trabalho e pronto. Ninguém nunca me faltou com respeito por eu ser índio. Eles sabiam que eu tinha proximidade com os Britos. Então tinham medo que eu reclamasse qualquer coisa ao patrão (trecho extraído do Diário de Campo em 30/10/2019).

O Senhor Jorge sabia muito bem usar a influência juntos aos Britos para se proteger no ambiente de trabalho de comentários que pudessem ofender sua identidade indígena. O Pajé Zequinha preferia defender-se sozinho, pois sempre rememorando o que a avó dizia sobre os não índios, preferia não pedir proteção a quem havia deixado a si e a sua família desprotegida, por terem adquirido de forma inadequada terras na Serra do Ororubá. Inclusive sua função quanto liderança religiosa dos Xukuru do Ororubá não o permitia esquecer tais informações. Como liderança religiosa era sua obrigação ajudar na organização de seu povo para reconquistar suas terras. Como ocorreu. A

respeito do seu papel na organização do povo, como afirmou:

Eu foi quem ajudou a afastar um pajé que nós tínhamos que não ajudava o nosso povo. Conheci Xicão e me juntei a ele. Pensei esse é disposto, esse dá para ser nosso Cacique. Aí, eu ajudei a colocar ele como nosso Cacique. Eu tirei um Cacique e coloquei outro no local. Esse nunca me decepcionou. (Trecho extraído do meu Diário de Campo em 30/10/2019).

Não negamos a insatisfação do Senhor Jorge para com relação aos esbulhos de suas terras, nem tão pouco insinuamos que o mesmo havia se conformado e aceitado que a suas terras e dos antepassados estivessem nas mãos da família Brito. Mas, apontamos como a aproximação do mesmo com os Britos o fazia ponderar os descontentamentos.

Sua ponderação possibilitou trabalhar muitos anos na Fábrica Peixe inicialmente ajudando os pais na fazenda na Serra do Ororubá, depois como ajudante no caminhão, que trazia goiabas do Sertão para descarregar na fábrica. Só depois de algum tempo, o Senhor Jorge, iniciou trabalhos no interior da Fábrica Peixe. Sobre as muitas funções que assumiu na fábrica relatou:

Eu trabalhei aos oito anos de idade na fazenda na Serra com meus pais, depois de já crescido e morando na cidade, descarreguei muito caminhão de goiaba vindo do Sertão, na porta da Fábrica Peixe. Só depois de muito tempo fiquei fazendo pagamentos da fábrica no comércio da cidade e

vigiando a casa dos Britos. Eles confiavam muito em mim. Por ser de confiança e por ter paciência trabalhei muito tempo com aquele povo. Foi graças ao trabalho na fábrica que construí minha casa e alimentei minha esposa e meus filhos (trecho extraído do Diário de Campo em 30/10/2019).

Mas no interior da Fábrica Peixe, a identidade indígena dos trabalhadores Xukuru do Ororubá às vezes era negligenciada para dar lugar a outra, a de caboclo. Sobre essa identidade os estudos de Silva (2008) discutiram que no século XIX com a intensificação dos discursos sobre o desaparecimento dos índios em Pernambuco e o fim dos aldeamentos, o discurso oficial reproduzido por literários e acadêmicos reforçava a ideia que os índios haviam assimilado a cultura dos não índios, logo não havia mais terras para serem reivindicadas pelos mesmos.

Os moradores nos locais onde existiam antigos aldeamentos, passaram a serem chamados de “caboclos”, essa identidade era muitas vezes assumida pelos índios para evitar perseguições por parte daqueles que haviam invadido suas terras (SILVA, 2008, p. 28-29).

Ao perguntar ao Pajé Zequinha ainda sobre a afirmação ou omissão da identidade indígena no cotidiano da fábrica, o mesmo narrou um episódio onde o encarregado Generino ao intervir para resolver uma briga entre um índio e um não índio na fábrica. Havia chamado o índio envolvido na confusão de “caboclo”. E completou afirmando ter habilidade para lidar com os tais “caboclos”:

Houve uma vez que aconteceu uma briga feia na fábrica Peixe. Foi uma discussão entre um encarregado e um índio. O Senhor Moacir interviu, porque o índio havia pego um pau para bater no branco. Daí apareceu o Generino que era encarregado e disse: “vamos acabar com isso. Deixa os Caboclos que eu resolvo com eles. Os caboclos trabalham direito, dão produção.” E eu só sei que a confusão acabou. O índio continuou trabalhando na fábrica. E tudo se resolveu (trecho extraído do Diário de Campo em 30/10/2019).

Não é de estranhar que no ambiente da fábrica um encarregado chamasse os índios de “caboclos”, pois o encarregado era mais próximo daqueles que haviam se aproveitado do discurso oficial de assimilação dos índios à sociedade envolvente para invadir as terras dos antigos aldeamentos. O encarregado estava mais próximo da família Brito e como vimos acima no relato do Pajé Zequinha era “pesado” afirmar no ambiente da fábrica que o mesmo e os demais Xukuru do Ororubá eram índios. Sobre o poder de nomeação por parte dos que possuem uma posição privilegiada escreveram Poutignat e Fernart (1998):

Nas situações de dominação, a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder formativo: o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade (POUTIGNAT; FERNART, 1998, p.143-144).

Tratar os Xukuru do Ororubá como “caboclos” tinha um significado pejorativo como evidenciou Silva (2008, p.

30) ao analisar algumas produções literárias sobre o Agreste e o Sertão, onde a imagem do “caboclo” aparecia como um sujeito pitoresco, típico e curioso, vagando como sem-terras e procurando emprego para sobreviver. Entre esses estudos literários, Silva (2008) cita os de Estevão Pinto autor do conto “O Caboclo”.

Era essa a situação imposta aos entrevistados que haviam vindo para a cidade de Pesqueira após os esbulhos de suas terras, vagar em buscar de emprego nas fábricas na cidade. Mas tanto o Pajé Zequinha quanto o Senhor Jorge sabiam da identidade indígena. Se fosse necessário no contexto da fábrica ambos se afirmariam cada um usando a estratégia que cabia para manter o emprego e cuidar de suas famílias.

Havia no espaço da fábrica lugar para outras identidades que tentava esconder e invisibilizar a dos indígenas trabalhadores. A manipulação dessas identidades também servia para negociar os direitos dos Xukuru do Ororubá enquanto trabalhadores. Sobre essas identidades e sobre quais os mecanismos de manipulação dos direitos trabalhistas estavam por trás delas trataremos na sessão abaixo.

3.1.1 Entre os chamados “porcos” e “os registrados”: a distinção identitária e as negociações dos direitos trabalhistas.

A Fábrica Peixe possuía na Serra do Ororubá vários plantios de tomates, goiabas e outras frutas. Para o trabalho de colheita a fábrica utilizava a mão de obra dos índios sem

registros na carteira. Esses trabalhavam no regime noturno, fora do horário comercial de funcionamento da empresa, e esse turno de trabalho era conhecido por “viradas”. Um dos Xukuru do Ororubá que trabalhou nesse regime empregatício na Fábrica Peixe foi o Pajé Zequinha:

Eu trabalhava de madrugada, sem ter direito a transporte de volta para a casa quando largava. Trabalhava para receber a diária e não era registrado. Esse foi o meu primeiro emprego na Peixe. Quem trabalhava dessa forma, era conhecido como “porcos”, porque nós ficávamos muito sujos de tanto descarregar caixa de tomate para dentro da fábrica. A roupa ficava imunda. Eu não tinha o que fazer. Tinha que trabalhar para sustentar a família (trecho extraído do Diário de Campo em 30/10/2019).

O trabalho que o Pajé Zequinha desempenhava de madrugada, sem registro na carteira profissional e sem transporte para voltar para a casa, era nesse horário para driblar a fiscalização trabalhista da época (Silva, 2008, p.174). Em 1945, período que o Pajé iniciou o trabalho na fábrica Peixe, nas chamadas “viradas,” estava estabelecido desde 1937 nas bases da política social e trabalhista que seria posta em vigor durante o Estado Novo, no Governo Vargas, a lei direitos dos trabalhadores que estabelecia na Constituição de 1934: direito a férias, descanso semanal e salário mínimo. Em 1943 num decreto aprovado em 1º de maio, com a CLT (Consolidação da Legislação Trabalhista).

Mesmo com todos os direitos estabelecidos pelas leis trabalhistas, o Pajé Zequinha seguiu trabalhando sem

ter um salário mínimo e outros direitos garantidos. Como ele outros índios trabalhavam na fábrica nas “viradas”, os chamados de “porcos” não possuíam carteira registrada. Havia apenas documentos informais para registrar os dias e horas trabalhados desses trabalhadores:

Não era só eu de índio que trabalhava nessas viradas não. Tinha mais e que muitos já morreram. Os “porcos” eram muitos. A gente não podia nem contribuir com o sindicato. Quando fui me aposentar eu senti foi falta desse tempo de contribuição. Mais como ia provar que trabalhei? Nossos dias e horas de trabalho eram registrados em um cartão. Esse era de papelão, era chamado de cartão cego. Quem trabalhava registrado na fábrica tinha as horas e dias trabalhados anotados em uma ficha de tabuleta. Esses papéis ficavam até em lugares diferentes (trecho extraído do Diário de Campo em 30/10/2019).

No relato do Pajé é vidente o quanto a distinção identitária estabelecida entre “os porcos” e os “registrados” influenciava no acesso aos direitos trabalhistas. Enquanto os “os porcos” não possuíam salário mínimo estabelecido e nem podiam contribuir com o sindicato, aqueles que eram “registrados” tinham acesso a esses direitos. Os “porcos” não tinham como nem mesmo comprovar os dias e horários trabalhados, pois todas essas informações eram anotadas propositalmente em um papelão que logo podia ser descartado para não gerar provas que pudessem “complicar” os donos da Fábrica Peixe.

Com relação a participação sindical, os estudos de Silva (2008, p. 176) apontaram que “o Senhor Moacir” um dos proprietários da Fábrica Peixe proibia que os

trabalhadores de sua fábrica contribuíssem com o sindicato”. De acordo com os relatos de alguns trabalhadores entrevistados por Silva (op. cit., p.176-177). O Senhor Moacir afirmava “que os operários deviam escolher entre contribuir com o sindicato e com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)”. Embora as atividades sindicais fossem proibidas pelo proprietário da Fábrica Peixe, no Brasil a Constituição de 1930 com o decreto nº 19.770, previa mesmo com o controle do Estado que estas organizações atuassem e que os trabalhadores nelas se organizassem.

O Senhor Jorge relatou que sua carteira só foi assinada porque o Senhor Abdias encarregado da Fábrica Peixe orientou o mesmo para que fizesse a Carteira de Trabalho:

Eu não tinha Carteira de Trabalho. Já trabalhava a tanto tempo na fábrica, e tirei a carteira depois de muito tempo. Foi um dia que o encarregado Seu Abdias me mandou tirar a Carteira. Ele me disse como era que eu fazia para ter o documento. Daí, eu tirei e levei para a fábrica. Assim ele mandou me registrar. Se não fosse ele até hoje eu estava sem registro na carteira (trecho do Diário de Campo em 30/10/2019).

Seu Jorge mesmo trabalhando a tanto tempo para a família Brito, não possuía registro na carteira. Para consegui-la teve que contar com a solidariedade de outro trabalhador na Fábrica Peixe que o orientou para retirar o documento e providenciou o registro. O registro profissional do Senhor Jorge só ocorreu por ter muito tempo

de trabalho na Fábrica Peixe e por isso oferecer risco aos proprietários, caso o mesmo resolvesse procurar os direitos trabalhistas.

De acordo com o Senhor Jorge outros índios não tinham a Carteira Profissional registrada porque “não queriam”. Ao ser perguntado se esses índios haviam sido orientados, como proceder para retirar o documento, respondeu: “alguns índios não tinham registro na Carteira Profissional porque não queriam. Mas, lá na fábrica eu nunca vi ninguém orientar os índios de como tirar o documento. Podia ser que eles nem a Carteira tivessem”.

Entre os chamados “porcos” e os “registrados” haviam muitas diferenças, desde o acesso aos direitos trabalhistas como vimos, até aos horários em que ocorriam seus expedientes na fábrica. Enquanto os “registrados” trabalhavam no serviço diurno, os “porcos” trabalham no serviço noturno que se enveredava pela madrugada. E a remuneração era muito baixa. Seu Jorge que também trabalhou no regime das “viradas” relatou:

Descarregar os caminhões de tomate? Eu descarreguei muitos! Trabalhava na chuva, na noite escura e no sereno. Ficava todo melado. A roupa ficava muito suja. Eu trabalhava na época para ganhar 50 contos de réis. Era muito pouco. Não tinha direito a mais nada. Sofri muito trabalhando clandestino. Mas, foi assim que consegui dar de comer a minha família (trecho do Diário de Campo em 30/10/2019).

A identidade dos índios Xukuru do Ororubá era negligenciada pelos trabalhadores não indígenas e sempre

variava entre “porcos” e “caboclos” (como vimos no capítulo anterior) para servir de negação da identidade indígena, de negação dos direitos como trabalhadores na fábrica e negação do direito a uma história que diferente da História Oficial afirmava que os Xukuru do Ororubá eram os donos das terras que os proprietários da Fábrica Peixe haviam invadido na Serra do Ororubá.

Foram essas terras que transformaram os proprietários daquela fábrica em prósperos industriais. O quantitativo de terras que os Britos possuíam na Serra do Ororubá era grande e alcança uma extensão que desde o sopé da Serra do Ororubá, passando pelo Sítio Santana até o Sítio do Meio (SILVA, 2008, p. 172).

O Capital tem a tendência a expandir sempre a ação para garantir o crescimento do sistema de produção, mesmo que o aumento dessa produção custe a destruição dos espaços, dos territórios. Para o sistema Capitalista não há durabilidade nem mesmo dos produtos que produz. Sobre isso Antunes escreveu:

Como o capital tem uma tendência expansionista intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção destrutiva. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que o leva a subverter deliberadamente sua qualidade (ANTUNES, 2009, p.52-53).

O Capital também tem o poder de negligenciar a identidade como ocorreu com os índios Xukuru do Ororubá que trabalhavam nas fábricas na cidade de Pesqueira. E fazer surgir outra, essa que também estava carregada de negação, a de trabalhadores nas fábricas. A identidade de operários na fábrica para os Xukuru do Ororubá estava carregada da negação do direito à moradia digna, de salário mínimo, do direito a sindicalização e etc. O Capital aliado à globalização fez surgir uma Identidade Unificada, percebemos que nesse caso, a de trabalhador fabril parece representar bem os propósitos do Capital na aniquilação das diferenças:

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (HALL, 2006, p.59)

Para responder se essa identidade unificadora forjada a partir do Capital e do sistema de Globalização anula a diferença cultural, o próprio Hall (2006, p.59) escreveu “essa ideia está sujeita à dúvida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural”.

Por entenderem e sentirem no cotidiano dentro e fora da fábrica, o quanto a estrutura do poder, beneficiava

aqueles que se apossaram das terras e que agora eram seus patrões, é que os Xukuru do Ororubá continuavam a buscar sobreviver na malha urbana da cidade de Pesqueira. Para tanto precisavam continuar a trabalhar nas fábricas e procurar nesse convívio se relacionar da melhor formas com os não indígenas. No próximo tópico discutiremos sobre como ocorria a convivência entre Xukuru do Ororubá e os não indígenas no interior da fábrica.

3.2 Trabalhadores Xukuru do Ororubá e trabalhadores não indígenas: as relações interétnicas no cotidiano da fábrica

De acordo com Poutignat e Fernart (1998, p. 143), ao citar Hugues, a ação de nomear é um dos fatos de referência das relações interétnicas. No item acima tratamos desse aspecto envolvendo as relações entre os Xukuru do Ororubá trabalhadores da agroindústria em Pesqueira e os não índios operários no mesmo seguimento.

Nesse item descreveremos a partir dos entrevistados outras questões envolvendo as relações interétnicas existentes entre índios e os não índios durante o período de trabalho nas fábricas. Para tanto podemos pensar que a ideia de *ethnic boundary*, citada por Poutignat e Fernart, ao se referirem aos estudos de Barth, sublinhando que a pertença étnica não pode ser determinada senão, em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros (POUTIGNAT; FERNART, 1998, p.152).

Então analisando o relato do Pajé Zequinha sobre como ocorriam as relações com os não-índios no interior da

Fábrica Peixe o mesmo narrou sobre alguns momentos em que um encarregado da fábrica fazia questão de “gritar” os índios durante o expediente do trabalho:

Havia um encarregado que atendia por nome de José Vaqueiro, esse era diferente de seu Generino. O Generino procurava amenizar as confusões que ocorriam na fábrica envolvendo os índios, “os caboclos”. Já esse tal de José Vaqueiro não. Ele gostava de dar gritos nos índios. Ele não era bem visto entre os índios de jeito nenhum. Acho que ele tinha raiva da gente, mas o motivo, era porque a gente era de trabalhar, a nossa conversa era pouca. Não tinha essa coisa de ficar com muita brincadeira. Era se dedicar ao trabalho duro e pronto (trecho do Diário de Campo em 30/10/2019).

A ação de “gritar” os Xukuru do Ororubá praticada pelo encarregado José Vaqueiro foi citada pelo Pajé como algo deliberado pôr os trabalhadores serem índios. E também por conservarem no ambiente de trabalho o hábito de não conversar muito e não “brincar” com o encarregado. Esse por ocupar um cargo superior aos dos índios na fábrica esperava por parte dos mesmos um comportamento subserviente ao se relacionar com o encarregado. Algo que chamou atenção é que para o encarregado a subserviência por parte dos índios era mais importante, do que serem eficientes com relação as demandas no cotidiano do trabalho.

Esse posicionamento por parte do encarregado José Vaqueiro diferia inclusive do aspecto interacional vinculando o encarregado Generino quando da relação com os índios no ambiente da fábrica. Lembrando o que

escreveram Poutignat e Fernart de acordo com Barth, ao citar que as fronteiras étnicas entre os grupos podem ser mais ou menos estáveis: “no decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas” (POUTIGNAT; FERNART,1998, p.154).

Ainda sobre as relações com o encarregado José Vaqueiro, o Pajé Zequinha relatou que foi alvo dos abusos do encarregado durante o expediente na fábrica, gerando entre os dois um conflito no ambiente de trabalho:

Um dia eu estava trabalhando sossegado, tirando as caixas de tomate de cima do caminhão, e aí olhei para o José Vaqueiro. Aí ele veio e me perguntou porque era que eu tava olhando para ele. Me perguntou bem assim: “Será que eu sou alguma moça para você ficar me olhando? Tá vendo o que? Vá trabalhar que é melhor! Eu não tive dúvida peguei os tomates e joguei nele. Estava a muito tempo com raiva dele. Para ele os índios não trabalhavam (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

Na narrativa do Pajé Zequinha a discriminação no ambiente da Fábrica Peixe praticada pelo encarregado José Vaqueiro, provocava ainda mais violências no ambiente de trabalho. O mesmo se encarregou de agredir o encarregado que perseguia os índios durante o expediente na fábrica. Perguntamos ao Pajé se os índios enfrentavam agressões, naquele ambiente por parte de outros trabalhadores não indígenas, que não possuíam cargos de liderança na empresa. E o Pajé relatou:

Olha, uma vez um trabalhador branco da linha de produção agrediu um índio, conhecido por Zé Cioba. Esse índio partiu para bater no branco com um pedaço de pau. Parece que o branco tinha falado alguma coisa que ele, o Zé não gostou. A confusão foi tão grande na Fábrica Peixe. O índio acabou com o expediente da fábrica por causa dessa confusão. Eu vi foi a polícia ser chamada. Depois o índio levou foi uma reclamação do Senhor Moacir. Pois a confusão foi no horário de trabalho, bem na hora do expediente. E a fábrica já sabe, não podia parar! (Trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

Sendo os não índios ocupantes de cargos de chefia ou não no ambiente da fábrica havia relatos de conflitos com os índios, seja por discriminação como no caso do encarregado José Vaqueiro, ou por conversas inoportunas, como exemplo, a briga entre o trabalhador não índio e o índio na situação envolvendo o índio “Zé Cioba” observamos na narrativa do Pajé Zequinha que o Senhor Moacir, um dos proprietários da Fábrica Peixe, se encarregou de chamar a atenção apenas do índio Xukuru do Ororubá, a mesma providência não foi tomada com relação ao outro trabalhador não indígena.

O Senhor Moacir não era índio e era um importante empresário, sua preocupação maior não era com as boas relações entre os índios e não índios no ambiente da fábrica. Sua preocupação era a de não perder um dia de trabalho, para que não pudesse prejudicar os lucros da fábrica. Percebemos que as fronteiras interétnicas estavam também subordinadas a sedimentação socioeconômica. Sobre isso Poutignat e Fernart (1998) afirmaram:

Por outro lado, é razoável pensar que as fronteiras étnicas entre os grupos são tanto menos permeáveis quanto mais a organização das identidades étnicas esteja ligada à divisão diferencial das atividades no setor econômico. Quando as identidades étnicas estão fortemente correlacionadas a um sistema de estratificação econômico (ou seja, quando as características fenotípicas ou culturais são associadas de maneira sistemática a posição de classe), a fronteira étnica superpõe-se a fronteira social, uma reforçando a outra. Neste tipo de situação, a transposição da fronteira étnica é tão mais difícil que irá implicar uma dissonância entre categoria social e categoria étnica (POUTIGNART; FERNART, 1998, p. 155).

O ambiente na fábrica não era apenas de situações de discriminação com relação aos índios Xukuru do Ororubá, havia momentos em que as situações constrangedoras que marcavam as fronteiras entre índios e não índios moviam-se, pois essas de acordo com Poutignat e Fernart (1998, p.160) ao citar Katzir (1982), são transformadas de acordo com o poder atuando do interior e do exterior dos grupos étnicos: “ao colocar-se no ponto de vista de um grupo em particular, a fronteira que os separa dos outros é determinada por forças agindo do interior e do exterior, e ela é constantemente redefinida pela interação desses mecanismos internos e externos” (KATZIR, 1982).

Sobre as mudanças que as forças internas e externas podiam trazer as fronteiras étnicas estabelecidas entre os índios e os não índios no interior da Fábrica Peixe, o Pajé Zequinha relatou que mesmo com a discriminação e vendo outros índios serem discriminados na fábrica, por causa do pertencimento étnico, houve certa ocasião em que os

proprietários da Fábrica Peixe recorreram ao Pajé para que o mesmo representasse os trabalhadores em um desfile que narrava a história da empresa:

Em 1948 eu fui convidado pelos donos da Fábrica Peixe a desfilar com uma placa pelas ruas da cidade de Pesqueira. Foi o ano em que houve um desfile contando a história da Peixe. Eu fui representar os trabalhadores da fábrica. Eu me senti contente em participar do desfile. A rua estava lotada! Muita gente parou para assistir esse desfile. Foi muito bonito! Momento importante para a cidade (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

O convite ao Pajé Zequinha foi pelos donos da Peixe porque era um dos trabalhadores mais antigos na fábrica. Perguntamos ao Pajé se em algum momento do desfile foi mencionado a importância da mão-de-obra dos operários Xukuru do Ororubá para o crescimento da Fábrica Peixe, o Pajé respondeu:

Em nenhum momento se falou durante o desfile em trabalhador Xukuru, em trabalhador índio. Isso não importava para eles. Eu fui convidado porque eu era um dos trabalhadores mais antigos da fábrica. Não era porque eu era índio! E quem ia falar da gente? Eu fui para não fazer desfeito. Mas a gente nunca teve valor para eles não. Eu trabalhei tanto e nunca registraram minha carteira (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

Analisando a narrativa do Pajé Zequinha observamos que o evento comemorativo sobre a história da Fábrica Peixe não revelava a parte que dizia respeito a

exploração da mão-de-obra como trabalhador. Era importante “espetacularizar” – tomando emprestado o conceito de Guy Debord -a história da fábrica como empreendimento de sucesso, sem problematizar a participação dos operários Xukuru do Ororubá.

Problematizar essa participação significava tornar pública a precária situação desses trabalhadores, com os direitos trabalhistas negligenciados. Sobre como na sociedade industrial o espetáculo da imagem da produção assume o papel principal, escreveu Debord (2003):

A sociedade que repousa sobre a indústria moderna não é fortuitamente ou superficialmente espetacular, ele é fundamentalmente espetaculista. No espetáculo da imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenvolvimento é tudo. O espetáculo não quer chegar a outra coisa senão a si mesmo. Na forma do indispensável adorno dos objetos hoje produzidos, na forma da exposição geral da racionalidade do sistema, e na forma de setor econômico avançado que modela diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a principal produção da sociedade atual (DEBORD, 2003, p.18).

Ao entrevistar o Senhor Jorge e perguntá-lo sobre outras memórias acerca das relações com os trabalhadores não-indígenas na fábrica, o mesmo respondeu que havia alguns trabalhadores não indígenas que não gostavam dos índios. Mas, que nunca teve com esses trabalhadores nenhum problema. Lembrou inclusive da boa relação com o encarregado Sr. Nelson, que inclusive fornecia adiantamento do seu pagamento quando necessitava:

Eu tinha amizade e a confiança de alguns brancos. Pronto, na Fábrica Peixe tinha um encarregado o Seu Nelson, ele era branco. Ele era o gerente autorizado pelo Senhor Moacir, a me fazer vales, quando eu estava apertado, e precisando cumprir com alguma obrigação de casa. Esse gerente nunca me negou nada. No final do mês era descontado do meu pagamento todos os vales (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

O Senhor Jorge também relatou a boa relação com outro encarregado não indígena na fábrica, conhecido como “Boi”, mas voltou a ressaltar, que o bom tratamento recebido por parte dos trabalhadores não índios estava vinculado a sua aproximação com os industriais da Fábrica Peixe:

Depois de muito tempo que eu estava na Peixe chegou um gerente lá na fábrica chamado de “Boi”. Esse gerente era muito bom comigo. Ele sempre me elogiava e dizia que eu era um homem ótimo. Certa vez me disse: -Seu Jorge quando um homem é bom não precisa saber ler, basta ser honesto. É o Senhor é um homem direito. Eu me sentia protegido. Mas sabia que eles eram bons comigo por causa do Senhor Moacir. (Trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

O Senhor Jorge se sentia protegido da discriminação por ser índio por parte dos não índios, do desemprego e do abuso de poder dos encarregados. Toda essa necessidade de proteção revela o quão frágil era o vínculo de trabalho na Fábrica Peixe. O Xukuru do Ororubá não sabia ler e escrever e por muito tempo trabalhou clandestino. Todas

essas questões e outras faziam com que seu Jorge se sentisse “protegido” pelo industrial Moacir.

Nos estudos sobre a História e memórias dos índios na Serra do Ororubá entre os anos de 1950-1988, Silva (2008), tratou das relações clientelistas que havia por parte dos proprietários da Fábrica Peixe para com alguns trabalhadores beneficiados com o registro na Carteira de Trabalho. O autor citou o exemplo, dos índios Xukuru do Ororubá conhecidos por “Zé Cioba” e “Zé Alexandre”, que ao serem entrevistados, afirmaram terem as Carteiras de Trabalho registradas no período em que trabalharam na fábrica da família Brito (SILVA, 2008, p. 176-177).

O conceito “clientelista” usado se assemelha as relações estabelecidas na Fábrica Peixe entre os funcionários com a carteira de trabalho registrada em detrimento daqueles que não tinha acesso a esse direito. Numa situação que Carvalho (1997, p.03) definiu como “noção que implica troca entre atores de poder desigual”. Pode-se entender após analisar o relato do Senhor Jorge que sua relação com o dono da Fábrica Peixe, o Senhor Moacir, era permeada por uma troca. O Senhor Jorge em troca de não reivindicar a perda de suas terras na Serra do Ororubá e os direitos trabalhistas, tinha como afirmou: a “proteção” do Senhor Moacir.” Esse o mantinha empregado na empresa e livre das perseguições dos colegas de trabalho não indígenas.

Ainda sobre o conceito “clientelismo” Carvalho ao citar os estudos de Beno Galjart (1964-1965) escreveu que esse sempre é confundido com o de “coronelismo”, por vários autores estrangeiros ao escrever sobre o Brasil. Para

Carvalho o conceito de “clientelismo” se assemelha com o de “mandonismo”:

(...) que se relaciona a existência local de estrutura oligárquica e personalizada de poder, onde o chefe, o mandão, exerce sobre a população um domínio pessoal é arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania (CARVALHO, 1997 p.08).

Observamos que as relações entre o Senhor Jorge e o Senhor Moacir mesmo sendo, como o primeiro afirmou, uma relação “próxima”, era uma relação entre atores de poder desigual. O Senhor Moacir era o patrão e o Senhor Jorge o empregado. Lembrando que o poder dos Britos não era apenas no comando de suas empresas, pois eram considerados os “mandões” no município de Pesqueira.

Essa situação ocorreu por causa do aumento das atividades industriais da Fábrica Peixe, o que possibilitou aos empresários se apropriarem do território e dos imóveis na cidade de Pesqueira decidindo sobre o uso desses bens. Tornando-se então os verdadeiros “donos da cidade” (CAVALCANTI, 2005, p.16).

Observamos então que a Fábrica Peixe se tornou um grande empreendimento, as custas da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores Xukuru do Ororubá. Mas, o período áureo da agroindustrial na cidade de Pesqueira teve o momento de declínio, o que atingiu não só os empreendimentos da família Brito, mas os de outros industriais na cidade.

Ao analisar alguns estudos sobre esse assunto percebemos que a derrocada da agroindústria em Pesqueira ocorreu, na década de 1980, bem após o momento em que o Serviço de Proteção ao Índio/SPI iniciara contato com o Xukuru do Ororubá, assunto que trataremos no próximo tópico.

Imagem da entrada da Fábrica Peixe⁹



⁹ Fonte: biblioteca.ibge.gov.br/ Catálogo ID:11314; Ano: 1955; Autor: Egler, Walter Alberto, 1924-1961; Jablonski, Tibor



Fonte: Museu Virtual da Cidade de Pesqueira-PE¹⁰

3.3 O agenciamento indígena: o declínio da agroindústria pesqueiraense e as relações dos Xukuru do Ororubá com o Serviço de Proteção aos Índios/SPI.

Os motivos que levaram ao declínio da agroindústria na cidade de Pesqueira são vários. Entre os quais desregionalização das empresas brasileiras, ocorrida no período após 1930, no mesmo momento em que as industriais pesqueiraenses estavam em franco crescimento. O foco do crescimento industrial brasileiro nesse momento estava centrado na região Centro-Sul do Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Contudo, o efeito dessa reorganização comercial será sentido com maior impacto na década de 1950. Outra questão que contribuiu para o declínio da agroindústria em Pesqueira foi a cultura

¹⁰ @museuvirtualdahistoriadepesqueirape/https://web.facebook.com/museuvirtualdahistoriadepesqueira. Acessado em: 20/08/2019.

da plantação dos tomates, pois o plantio devastou várias áreas e o desmatamento provocou o surgimento de pragas que atingiram as lavouras de tomates (CAVALCANTI, 2005, p.51).

Nessas áreas ocorreram problemas ambientais causados pelas atividades da agroindústria na cidade de Pesqueira. Outro recurso natural também utilizado pelos empreendimentos da Fábrica Peixe era a água, estudos apontaram para o favorecimento político por parte do grupo Peixe para o uso desse recurso, em prejuízo da população na cidade desabastecida pela própria agroindústria da cidade (GALINDO, 2007; SILVA; LIMA, 2014).

Sobre as consequências ambientais que contribuíram para a derrocada da agroindústria na cidade de Pesqueira, o Pajé Zequinha também lembrou da contribuição dos próprios industriais da cidade de Pesqueira:

A Peixe acabou por causa de falta de água! A Fábrica Rosa, a Recreio e a Peixinho era movimentada pela água. De onde vinha a maior parte dessa água? Sabe de onde? Vinha da Serra do Ororubá. Acabando a água acabou a matéria-prima para fabricar os doces, os extratos de tomate os outros produtos. A falta da água acabou com o plantio da goiaba e do tomate (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

O relato do Pajé acima retratou o fim das atividades da Fábrica Peixe após 1980. Os estudos de Cavalcanti (2005) sobre a história industrial de Pesqueira de 1930-1950 evidenciaram que embora muitas das empresas tivessem em decadência, no período de 1950, a Fábrica

Peixe continuava as atividades, mesmo contando com o empobrecimento dos trabalhadores, empregando cada vez menos operários e com a falta de manutenção das máquinas e nas instalações internas da fábrica (CAVALCANTI, 2005, p.52).

É nesse contexto de empobrecimento dos trabalhadores na agroindústria na cidade de Pesqueira e da baixa geração de postos de trabalho nas fábricas do município, que um Posto do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi instalado na Serra do Ororubá em 1954. A instalação só foi possível após uma viagem que os índios irmãos Nascimento fizeram, como narram os Xukuru do Ororubá, a pé para a cidade do Rio de Janeiro solicitando que o posto fosse instalado na localidade em que residiam, no sítio Brejinho (SILVA, 2008, p. 234).

Sobre a instalação do Posto do SPI na Serra do Ororubá, o Pajé Zequinha também relatou como ocorreram os primeiros contatos com aquele órgão:

Depois que o Posto se instalou lá na Serra do Ororubá eu e os outros índios passamos a plantar em seu terreno. A gente ia lá plantar em regime de mutirão. Era um trabalho pesado. A gente plantava milho e fruta. No dia do plantio os responsáveis pelo Posto faziam um almoço para a gente comer. Era uma panelada! Tinha que ter muita comida para alimentar tanto trabalhador. O trabalho era pesado! (Trecho extraído do Diário de Campo 01/11/2019).

Ao mesmo tempo que a instalação do Posto do SPI possibilitou os trabalhadores indígenas se organizarem em mutirão para plantar nas poucas terras que detinham,

também acabou por gerar desavenças. O motivo foi que ao invés de se instalar em Brejinho como previsto pelos irmãos Nascimento, o Posto foi instalado em São José. Com a contratação dos irmãos Petronilio e Alcebíades Simplício para trabalharem no órgão federal, ao invés dos irmãos Nascimento (SILVA, 2008, p.235).

Em se tratando de descontentamentos com relação ao Posto do SPI, embora a instalação desse órgão tenha ocorrido em 1954, os contatos com essa instituição por parte dos Xukuru do Ororubá datava de outros períodos, e também foi marcado por muitas polêmicas, sobre os contatos com um dos seus funcionários conhecido por Cicero Cavalcanti. Que esteve na Serra do Ororubá no ano de 1944 para escrever um relatório sobre os índios na Serra do Ororubá. Esse documento deveria servir de base para justificar a instalação do Posto do SPI (SILVA, 2008, p.59).

Uma das polêmicas do encontro de Cavalcanti com os Xukuru do Ororubá foi que o funcionário do SPI o “índio puro”, o que fez Cavalcanti em seu relatório classificar os Xukuru do Ororubá como “caboclos”. O funcionário do SPI procurava a dita “pureza” dos índios em traços fenótipos e na manutenção da língua. Essa imagem do índio que construiu resultou dos contatos que tivera com outros grupos étnicos em regiões do Brasil, a exemplo de Mato Grosso. Nessa região Cavalcanti trabalhou em postos que organizavam a linha telegráficas, supervisionadas por Rondon (SILVA, 2008 p.59-62).

Outra polêmica nos primeiros contatos dos Xukuru do Ororubá com o SPI foi que o funcionário se hospedou na casa de índio conhecido como “Mané Belinga” para

conversar com outros índios sobre a devolução das terras na Serra do Ororubá. Muitos índios vieram a casa do Senhor Manoel José Cordeiro, conhecido como “Mané Belinga” para festejar a novidade e conversar com Cavalcanti (SILVA, 2008, p.197-198). Sobre esse momento o Pajé Zequinha relatou:

Quando o Cavalcanti se instalou em na Aldeia Gitó na casa de Mané houve muita festa. Só se via os índios irem lá para dançar o Toré, bater zabumba e servia comida para comemorar o prometido. O prometido era a devolução das terras aos índios. Muita gente se iludiu com as conversas bonitas do Cavalcanti. O motivo disso foi que os índios queriam muito ter de volta as suas terras (trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

O aglomerado de índios na Aldeia Gitó onde estava o funcionário do SPI Cavalcanti não passou despercebido e atraiu a atenção das autoridades locais. “O Juiz enviou policiais para prender o funcionário que alegou estar a serviço de Ministério da Agricultura procurando se apresentar as autoridades posteriormente como ocorreu, porém, depois disso Cavalcanti nunca mais retornou a ter contato com os Xukuru do Ororubá. “Cavalcanti havia recebido dos fazendeiros locais dinheiro para ir embora daquela localidade” (SILVA, 2008, p.199). O Pajé Zequinha narrou o episódio de suborno por parte dos fazendeiros a Cavalcanti:

O Cicero Cavalcanti ganhou foi muito dinheiro dos fazendeiros para ir embora daqui. O fazendeiro mais pobre deu a ele 10 contos de reis.

Ele saiu daqui com uns 100 mil contos ou mais. Ele esteve na delegacia e de lá pegou o dinheiro e partiu. O cabra levou até a túnica, o quepe e a espada do índio Romão que eram lembranças que ele guardava de quando serviu na Guerra do Paraguai (trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

O relato do Pajé Zequinha fez menção a objetos que Cicero Cavalcanti havia recolhido dos índios para comprovar junto ao SPI a participação dos Xukuru do Ororubá na Guerra do Paraguai. Esses objetos eram de muita importância para os indígenas, pois a participação dos índios no conflito teve como recompensa a devolução de suas terras como afirmou D. Pedro II. “Um jornal do ano de 1865 relatou que cerca de 85 xucurus haviam participado como voluntários na guerra. Inclusive em 1988 ao participarem das mobilizações para a promulgação da Constituinte para garantia dos seus direitos, tendo como liderança o Cacique “Xicão”, alguns jornais trouxeram à tona tal informação (SILVA, 2008, p.86-87).

O Pajé Zequinha também citou o papel assistencialista que o Posto do SPI assumiu junto aos Xukuru do Ororubá para minimizar a falta de emprego na cidade e as pouquíssimas condições de plantio para os índios na Serra do Ororubá. Aquele órgão distribuía ferramentas, roupas, comidas e algumas sementes entre os Xukuru do Ororubá:

O que o Posto fazia era distribuir foice, enxada e enxadeco para ajudar no plantio na Serra do Ororubá. Eu mesmo ganhei ferramenta para plantar lá em Cana Brava. Eu plantava muito

milho para levar para casa e vender na cidade. Eu cheguei a vender 25 sacos de milho. Esse milho também servia para alimentar as galinhas que eu criava e alguns porcos. Eu os criava para vender. Mas o posto fornecia às vezes comida e roupas para alguns índios. Tinha também distribuição de sementes. Eu mesmo peguei muitas para realizar plantio. Fora isso o posto não fazia mais nada! Não lutava para reconquistar as nossas terras! (Trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

O Senhor Jorge Tavares também relatou na entrevista como se ocorria as relações do SPI com os índios Xukuru do Ororubá:

Eu não fui atrás do Posto do SPI. Mas eu lembro de falarem que tinha esse posto lá na Serra. Eu só via o povo indo lá para pegar ferramenta para plantar nos sítios pela Serra. Eu nunca fui porque eu não precisei. Quando a Fábrica Peixe fechou eu me aposentei. Eu já tinha tempo de serviço. Mas me lembro que tinha gente que ia lá no posto atrás de leite, das ferramentas e remédios. Era a necessidade e a dificuldade que os índios tinham para sobreviver (trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

Com relação ao papel do Posto do SPI junto aos índios os estudos de Oliveira (2006) apontaram o contexto em que o órgão indigenista foi criado. A autora afirmou que o SPI surgiu em 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN),

O seu papel era o de firmar no campo os trabalhadores, nacionalizar o interior do país e

diminuir os gastos das fronteiras. O órgão procura estabelecer contato com os povos isolados com o objetivo de pacificá-los sua política assimilacionista procurava integrar esses povos a sociedade nacional. As etnias que inicialmente fizeram parte desse projeto foram as de Santa Catarina, oeste paulista, Mato Grosso e depois Amazônia (OLIVEIRA, 2006 apud ARRUTI, 1995).

O Código Civil de 1911 foi a lei para dar suporte ao processo da mudança de índios isolados para trabalhadores rurais através da “tutela”, que atribua aos índios uma certa capacidade civil. Assim os índios eram vistos como leigos com relação as normas sociais imperante, sendo o dever do SPI os ajudar no propósito de se tornarem “civilizados” (OLIVEIRA, 2006, p.60-61).

Essa primeira atuação do SPI não contemplou as etnias habitantes no Nordeste, pois era uma região onde processo de colonização supostamente exterminaria os indígenas. Em 1920 com o auxílio do Padre Alfredo Pinto Dâmaso, que foi ao Rio de Janeiro pedi ajuda para os Fulni-ô, em 1924 um Posto foi instalado em Águas Belas, onde habitavam os indígenas protegidos pelos religiosos. Depois em 1930 outros grupos indígenas conquistaram o reconhecimento do órgão, com apoio do Padre Dâmaso. O SPI voltou a atenção para os povos indígenas no Nordeste. E foi nesse contexto que em 1944 Cicero Cavalcanti funcionário do SPI teve contatos com os Xukuru do Ororubá. Nesse período não havia um parâmetro legal que estabelecesse um *status* de índios diferenciando-os da população não indígena, ficando a cargo do funcionário

enviado pelo SPI decidir quem era ou não índio (OLIVEIRA, 2006, p. 62-63).

Apesar das polêmicas envolvendo a presença de Cicero Cavalcanti junto aos Xukuru do Ororubá é preciso afirmar que seu relatório mesmo apresentado uma visão preconceituosa primando por uma “pureza cultural”, foi o primeiro documento oficial que reconheceu a existência dos Xukuru do Ororubá após a extinção dos aldeamentos em Pernambuco nas últimas décadas do século XIX. Nele há denúncias a respeito das perseguições que os ritos religiosos dos Xukuru do Ororubá enfrentavam-na época. Pois, os não indígenas afirmavam que os ritos se assemelhavam com a “macumba”, maneira pejorativa pela qual também chamavam os ritos religiosos praticando pelas religiões de matriz africana. A aproximação de Cavalcanti junto aos Xukuru do Ororubá provocou aquele povo a iniciar as mobilizações que posteriormente garantiram a conquista e reconhecimento de seu território (SILVA, 2008, p.58-60; OLIVEIRA, 2006, p.63).

Apesar das críticas a passagem de Cicero Cavalcanti pela Serra do Ororubá, o Pajé Zequinha reconheceu em entrevista a importância do SPI para os Xukuru do Ororubá:

Foi bom a gente ter tido a presença do Serviço de Proteção ao Índio, foi um passo, a presença deles aqui mostrou que nós tínhamos direito. Quando a gente dava um passo na luta e conquistava algo, mesmo que fosse pouco, era uma oportunidade para que a gente conquistasse outro direito. Era assim a nossa vida, era assim a nossa luta, a luta do povo Xukuru (trecho extraído do Diário de Campo em 01/11/2019).

Após a passagem de Cavalcanti na Serra do Ororubá as relações dos Xukuru do Ororubá com o SPI se tornaram cada vez mais próximas. Entre os anos de 1945 a 1954 os indígenas passaram a frequentar cada vez mais a 4ª Inspeção Regional (IR-4) do SPI, sediada no Recife em busca de apoio para viagens de Pesqueira a Capital, despesas com alimentação, caixas de instrumentos de trabalho. O Chefe da IR-4 solicitou a Secretaria de Agricultura do Estado várias ferramentas, como enxadas, foices, machados e sementes de milho, feijão e algodão para que os índios se incorporassem ao trabalho agrícola na Serra do Ororubá. Em 1953 quando o Agreste enfrentou uma grande seca ao irem à sede do IR4 os Xukuru do Ororubá receberam apenas ferramentas, pois o órgão não possuía recursos, e recorria à Diretoria do SPI no Rio de Janeiro (SILVA 2008, p.207-2008).

O que configurava de acordo com Silva (2008), e com base no relato do Pajé Zequinha acima, uma relação assistencialista por parte desse órgão para com os Xukuru do Ororubá, pois,

O órgão não conseguiu atender uma situação de ordem coletiva, tendo que apelar para a Secretaria Estadual de Agricultura, e no que diz respeito aos problemas causados pela seca, o órgão não conseguiu atender os Xukuru com nenhuma ação amenizadora. Sua manutenção na época vinha do apoio do SPI do Rio de Janeiro” (SILVA, 2008, p. 209).

Os estudos de Oliveira (2006) indicaram um outro significado para a presença do SPI, junto aos Xukuru do Ororubá. A autora citou a

Importância desse órgão para a organização política daquele povo. Em 1954 segundo a pesquisadora é encontrado os primeiros registros da presença do Cacique entre o grupo, liderança instituída após a instalação do Posto do SPI nesse mesmo período. O Cacique era intermediário entre os Xukuru e o órgão indigenista, sendo responsável por distribuir e organizar, os bens que viesse para o grupo. Entre as obrigações do Cacique estava a de expressar as necessidades dos Xukuru junto ao SPI, tornando-se na verdade um funcionário desse órgão” (OLIVEIRA, 2006, p. 60-75).

Foi Antônio Pereira de Araújo pai do primeiro Cacique, Jardelino Pereira de Araújo, o responsável por distribuir o material vindo do Posto aos índios. Antônio Pereira era funcionário do Posto, pois nunca foi apresentado pelo SPI como Cacique, e nunca foi reconhecido pelo grupo como tal. Para atender os moldes de atendimento do SPI foi instituído por influência desse órgão o Cacique Jardelino como principal liderança do grupo em 1960 (OLIVEIRA, 2006, p.75-76).

O segundo Cacique do Povo Xukuru do Ororubá também continuou a prestar serviços ao Posto do SPI, para garantir o fortalecimento da ação política desse órgão junto aos indígenas. Essa segunda liderança foi Antero Pereira de Araújo irmão de Jardelino e se tornou liderança após o adoecimento do irmão. De acordo com Oliveira Antero tinha dificuldade nas relações institucionais com o Posto do

SPI, pois não possuía a habilidade de Jardelino para se relacionar com o órgão. O Cacique Antero faleceu no final da década de 1970 e após o falecimento o grupo ficou um bom tempo sem representante (OLIVEIRA, 2006, p.78-79).

Nesse momento o Pajé Zequinha passou a ser a maior representação política do grupo, pois os Xukuru do Ororubá o reconheciam como liderança religiosa. O Pajé Zequinha então apresentou o Senhor Zé Pereira como novo Cacique a Funai que naquele momento havia substituído o SPI. Porém, embora o novo Cacique tenha sido apresentado pelo Pajé sua liderança foi pouco democrática. Pois, havia ainda a influência do órgão indigenista sobre seu papel quanto liderança dos Xukuru do Ororubá. É apenas em 1980 que os indígenas provocados por uma série de acontecimentos sócio-políticos passaram a ter uma maior mobilização interna. Nesse momento surgiu uma nova liderança chamado de Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como “Xicão”. Essa liderança será fundamental para a organização desse povo em torno da conquista de seus direitos (OLIVEIRA, 2006, p. 78-88).

Em 1967 ocorreu o fim a atuação do SPI junto aos povos indígenas após várias denúncias de violências contra órgão indigenista estatal (SILVA, 2008, p.248). O órgão a nível federal atravessou uma crise, repleto de denúncias de corrupção e assassinato de índios, sendo extinto em 1967 pelo Presidente Costa e Silva. As políticas do Governo Federal haviam tornado os Postos do SPI cada vez mais independentes e suscetíveis a corrupção interna e a pressões sobre as terras indígenas (ARAÚJO, 2016, p.02).

Nas narrativas do Pajé Zequinha sobre o funcionamento do Posto do SPI na Serra do Ororubá foram citadas situações de irregularidades de seu funcionamento, desde a subtração de matérias destinados aos índios por parte de funcionários, a contratação de uma funcionária que nunca compareceu para dar expediente:

Tinha no Posto do SPI lá na Serra um chefe que fazia um buraco no chão e colocava coisas do posto para levar quando fosse embora e vender. Um dia descobrimos e foi a maior confusão. Tinha umas coisas erradas ali! Tinha uma funcionária que era funcionária do posto e não dava expediente. Ela aparecia de vez em quando, varria o chão do posto e ia embora. Demorava a aparecer depois. Essa recebia sem trabalhar. Agora tinha uma agente de saúde, que residia no Sítio Gitó, essa trabalhava muito, porém demorou pouco lá no posto e logo foi embora morar em São Paulo (trecho do Diário de Campo em 01/11/2019).

Após o fim do SPI, sendo substituído pela FUNAI nas décadas seguintes continuaram a luta dos Xukuru do Ororubá pelos direitos, como em 1980 quando participaram das atividades para a elaboração da nova Constituição aprovada em 1988. Os Xukuru do Ororubá liderados por Francisco de Assis Araújo, o Cacique “Xicão”, ao lado de outros grupos indígenas no Nordeste e no Brasil, conquistaram na nova Constituição o reconhecimento de direitos a demarcação das terras para uma vida digna (SILVA, 2008, p. 20-21), embora a custo de muitas perseguições, violências e assassinatos de lideranças como o Cacique “Xicão”, assassinado em 1998 por um pistoleiro a mando de fazendeiros invasores nas terras do Ororubá.

CAPÍTULO 4

NOTAS DO DIÁRIO DE CAMPO Participação na 19^a Assembleia Xukuru do Ororubá

Meu primeiro contato com os Xukuru do Ororubá em campo ocorreu em um dos momentos mais importantes para aquele povo, e que acontece anualmente. Trata-se da assembleia indígena. A Assembleia Xukuru do Ororubá em 2019 teve como tema “Limolaygo Toype: em defesa da vida, eu sou Xicão!”. O evento ocorreu do dia 17 a 19 de maio, estive presente durante dois dias. Tivemos a oportunidade de acampar, participar de alguns eventos, conversar com lideranças, estudantes, pesquisadores, povos de outras etnias, além de assistir a manifestações artísticas maravilhosas e as discussões que permeou o evento: a reforma trabalhista, a Reforma da Previdência Social e o desmonte da política indigenista, assuntos vinculados ao Governo Temer e ao Governo Bolsonaro.

A assembleia do povo Xukuru do Ororubá foi um excelente momento para observar e aprender sobre a cultura, a cosmologia e o universo sócio-político daquele povo. Foi também um momento de interações e de conversas com os nossos entrevistados. Em nosso primeiro dia procuramos inicialmente encontrar nosso lugar de acampamento, então ficamos próximos de alguns estudantes e pesquisadores que como nós foram aprender e interagir com os povos daquela etnia.

Na nossa primeira noite após organizarmos nosso local de acampamento tivemos a oportunidade de encontrar Iran Xukuru, uma das lideranças jovens dos Xukuru do Ororubá de Ororubá e responsável por atividades sobre a extensão rural e agricultura de seu povo. Iran Xukuru mora na zona urbana da cidade de Pesqueira, é técnico agrícola de formação e é uma das lideranças Xukuru do Ororubá que defende a atividade agrícola do povo Xukuru do Ororubá atuando com base agrícola familiar e sustentável.

Relatou que foi preciso ter contato com o mundo dos não indígenas para descobrir que era um índio. Foi justamente durante seu curso que conversando com uma professora sobre onde morava que a educadora o indagou perguntando se era um índio Xukuru do Ororubá. Depois dessa indagação Iran procurou saber sobre suas origens e se aproximou de seu povo. Iniciou um trabalho junto aos indígenas para a agricultura na Serra do Ororubá e aos poucos passou a participar de outras atividades tornando-se referência nas mobilizações de seu povo.

Ao conversar com Iran Xukuru recordamos outros momentos em que dialogamos sobre a história de seu povo e informamos que continuávamos a estudá-la e que dessa vez pesquisávamos sobre o trabalho e o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras Xukuru do Ororubá nas fábricas de doces e conservas na cidade de Pesqueira. Iran nos disse que seria muito importante conversarmos com o Pajé Zequinha, pois era um dos índios, que haviam trabalhado como operário nas fábricas. Além do Pajé Iran fez menção também ao índio Zé de Santa, afirmando que o mesmo era bastante conhecedor sobre como havia ocorrido

a ida de alguns Xukuru do Ororubá para a cidade em busca de trabalho.

Após conversar com Iran procuramos nos aproximar do Pajé Zequinha na Assembleia. Perguntamos pelo o Pajé a algumas pessoas nos informaram que como se aproximava da noite, ele havia se dirigido a sua casa na área urbana da cidade. No dia seguinte logo pela manhã o encontrei, estava dando as boas-vindas a todos os presentes, falando para a plateia sobre as mobilizações do povo Xukuru do Ororubá e sobre a cosmologia indígena. O Pajé Zequinha falando sabiamente emocionava o seu povo e as outras pessoas presentes. Percebemos o quanto é querido e respeitado entre os Xukuru do Ororubá. Não consegui me aproximar dele naquela ocasião ocorreu quando em outro momento da minha estadia no campo de pesquisa.

O encontro com o Pajé Zequinha

Ao iniciar as entrevistas e conversas em campo comecei por estabelecer contatos com aqueles que entre os Xukuru do Ororubá tem mais facilidade de relatar as histórias de seu povo. Entre essas pessoas estão o Pajé Zequinha, que além de ser desinibido, é um Senhor que vivenciou em razão da idade e do envolvimento político com a causa do seu povo muitas etapas da história da etnia. O Pajé Zequinha é dessas pessoas que nos cativa pela vitalidade e força nas mobilizações pelos seus direitos e pelos direitos dos Xukuru do Ororubá. Sua disponibilidade em ajudar quem o procura em sua casa, seja por conta dos conhecimentos de benção ou até em busca de informação

para subsidiar pesquisa sobre seu povo, é algo cativante e de uma generosidade maravilhosa.

A única coisa que o Pajé Zequinha nos cobra sempre que nos encontramos são as cópias dos trabalhos que fazemos e as cópias das fotos que tiramos juntos. E afirmou que adora enviar as cópias dos trabalhos para a biblioteca do município da cidade e gosta muito de ser fotografado. Atendendo a seu pedido cuidei de entregar em mãos a cópias do nosso trabalho anterior sobre a história dos bairros “Xucurus” e Caixa d’Água em Pesqueira a partir da narrativa dele e de outros indígenas Xukuru do Ororubá. O Pajé gostou muito de receber esse material. E perguntou se iríamos escrever outro. Informamos que sim, e que dessa vez iríamos precisar muito de sua ajuda, pois procurávamos trabalhadores e trabalhadoras Xukuru do Ororubá que haviam trabalhado nas fábricas de Pesqueira durante o período de 1930-1950.

O Pajé sorriu, e afirmou: “Muitas dessas pessoas já morreram! Mas, eu trabalhei nas fábricas e posso falar. Depois se lembrar de mais alguém posso lhe indicar”.

Nos convidou a sentar na frente de sua casa para conversarmos, mas antes atendeu uma série de pessoas que o procurava para que os rezasse, passasse chás de ervas e raízes medicinais. Conhecimentos que o Pajé Zequinha adquiriu com os antepassados e que servem a todos que o procuram. Atende indígenas, não indígenas da cidade e da zona rural, vizinhos que sempre o procuram atrás de seus conhecimentos medicinais, quando não para que resolva como uma das autoridades do povo Xukuru do Ororubá questões voltadas a dinâmica interna do seu povo. Assim

depois de atender a algumas pessoas, nos deu atenção e iniciamos uma conversa, por vezes interrompida por diversas pessoas, pois a rotina do Pajé é composta de contato perenes com a comunidade. Apesar dos inter rompimentos a conversa não deixou de ser produtiva.

O Pajé relatou sobre o trabalho sem carteira assinada na fábrica Peixe e as dificuldades para conseguir se aposentar por não ter tido a carteira de trabalho assinada. Narrou o estranhamento por morar na cidade, lugar onde não podia plantar e nem colher como fazia na Serra do Ororubá. Mas, relatou como se tornou querido pelos vizinhos, por conseguir ajudar a muitos com as rezas e remédios naturais. Nossa conversar foi longa e nos redeu três encontros. O Pajé Zequinha sempre questionava de forma engraçada porque não parávamos de anotar tudo o que dizia. E falávamos: “É necessário anotar. A memória faz esquecer os detalhes”. E sorria dizendo: “Ainda bem que não estou ficando velho sozinho”. Entre uma conversa e outra o Pajé recordou de outro Xukuru do Ororubá que também trabalhou como operário na Fábrica Peixe. Esse era o Senhor Jorge de Tavares residente no Bairro Salgado e foi para onde nos deslocamos em busca de mais uma fonte para a nossa pesquisa.

Na casa do Senhor Jorge de Tavares

A casa do Senhor Jorge de Tavares no Bairro Salgado só foi possível ser localizada, graças à ajuda de vários vizinhos, e para ser mais exata com ajuda de uma das sobrinhas dele e proprietária de um bar mais próximo ao centro da cidade. Ela fez a gentileza de telefonar para a filha

do Senhor Jorge de Tavares e perguntar se poderia nos receber.

Algo que foi autorizado e a sobrinha nos levou em sua casa. A gentileza dela nos deixou agradecida e com a certeza de que nosso campo de pesquisa era um dos mais solidários do mundo. Ao chegar na casa do Senhor Jorge de Tavares o mesmo abriu a porta e pediu que entrássemos, ofereceu água e se prontificou em narrar as memórias com satisfação de quem gosta de ser ouvido, de quem gosta dos que acham importante sua história e tudo aquilo que tinha para dizer.

O Senhor Jorge de Tavares nos impressionou com sua memória e a forma como articulava bem a narrativa. Observar a saúde física e mental de um homem com 93 anos, fez pensar que é possível viver tanto tempo e bem. Na fala do Senhor Jorge vimos a gratidão pela saúde, pela casa e pela família que construiu com o trabalho árduo na agricultura na Serra do Ororubá, na fazenda da família Brito e na Fábrica Peixe. Trabalhou por muito tempo de forma clandestina e com um baixo salário. Mesmo assim com orgulho de ter criado os filhos, o que foi muito evidente em suas palavras e em seu olhar. O Senhor Jorge de Tavares tinha a felicidade de um homem vencedor. E a sua história de vida evidenciou isso.

Nossa felicidade ao encontra-lo não foi apenas em saber que sua narrativa seria muito importante para a nossa pesquisa, mas também, por ter a oportunidade de aprender que com trabalho e paciência se conquista os sonhos. O Senhor Jorge de Tavares com simplicidade relatou sobre o trabalho junto com os pais da fazenda da família Brito,

ainda com apenas oito anos de idade. Narrando como o trabalho atrapalhou os estudos, afirmando que não sabe ler e nem escrever. Mesmo assim disse nunca ter parado de trabalhar seja na agricultura, como caseiro ou na fábrica, o que sempre o ajudou foi a coragem de trabalhar e a honestidade. Relatou com orgulho sobre a avó que foi a mãe que o criou e que sempre lhe deu exemplo de trabalho. Citou os filhos que adotou ao se casar com a esposa e do carinho que recebia deles em sua velhice.

Suas filhas assistiram a nossa conversa sem sair de perto dele e por vezes ajudaram a lembrar de detalhes que o tempo e a memória de todos nós nos fazem esquecer.

O carinho e a gratidão delas era visível. Seu Jorge de Tavares é um homem que mesmo diante de todas as injustiças da vida não guarda rancor de ninguém. Sua simplicidade o fez um homem sem mágoa e agradecido por ter tido oportunidade de trabalhar e de se aposentar. Exibiu a carteira de trabalho, e também com alegria mostrou a carteira provando a identidade de índio Xukuru do Ororubá, para que não sobre dúvidas de que é mesmo um índio e se orgulha de sua etnia e dos antepassados.

A visita ao Museu do Doce em Pesqueira

Quem estuda o cotidiano e o trabalho dos operários Xukuru do Ororubá nas fábricas de doce e conservas na cidade de Pesqueira não pode deixar de visitar o Museu do Doce. Onde encontramos máquinas, documentos, fotografias de várias das fábricas da cidade. O museu foi idealizado por Hugo Paixão, arquiteto que reuniu no prédio da antiga Fábrica Rosa, o maquinário dessa indústria e de

outras como a Recreio, a Peixe, a Tigre, a Cica e a Maravilha. O museu é muito visitado e bastante organizado paga-se uma taxa simbólica de visitação sendo possível desfrutar de parte das memórias sobre o período áureo da cidade de Pesqueira, o período da agroindústria.

Essa não foi a primeira visita aquele Museu, onde estevemos anteriormente para realizar uma visita de cunho pedagógico, com outros colegas da universidade. Nosso olhar era outro, um olhar descontraído, mas curioso, como o olhar de qualquer pesquisador. Sabíamos que encontravam-se fontes, documentos e conhecimentos que poderiam nos apontar um bom objeto de estudo e também de pesquisa. A mania do estudante pesquisador sempre procura em tudo um objeto de estudo para uma boa escrita e um prazeroso trabalho.

Estávamos passeando pelo museu quando após muito tempo apreciando uma caldeira fomos surpreendidos pelo nosso professor que disse: “Nessas caldeiras muitos trabalhadores e trabalhadoras trabalharam por horas e horas por baixos salários. A maioria eram índios e índias vindos da Serra do Ororubá”. Ao ouvir essa afirmação nossa atenção se voltou para o professor na intenção de entendermos como era esse trabalho. O professor explicou e recomendou leituras sobre o assunto.

Naquele momento surgiu o nosso interesse por esse tema. Porém, era necessário depois de realizar as leituras voltarmos ao museu, essa era uma escolha nossa, dessa vez para um olhar mais apurado ou “mais treinado”, os resquícios do passado desses trabalhadores indígenas naqueles documentos, naquelas fotografias, na memória

daquele museu. Confessamos que em nossa visita, não encontramos mais que a memória dos donos das fábricas e de seus familiares, em desalinho com as memórias dos trabalhadores indígenas e não indígenas das fábricas.

Mas, visualizar aquelas máquinas, lendo os documentos e observando as fotos para ter uma ideia do quanto era pomposa a cidade de Pesqueira naquele período. Também imaginamos o quanto era dura a rotina daqueles trabalhadores e trabalhadoras trabalhando naquelas caldeiras, e operando aquelas máquinas. Durante nossa visita ouvimos relatos de mulheres que levavam para a fábrica os filhos e filhas pequenos para trabalharem, lembramos da História do Senhor Jorge de Tavares que ainda criança também trabalhou na fábrica com os pais.

Imaginarmos o quanto era arriscado uma criança trabalhar em um ambiente perigoso junto a caldeiras ferventes, o mesmo perigo corria os adultos que também tinham que lidar com altas temperaturas, com tachos de doces enormes e ferventes. Por um minuto nos colocamos no lugar daqueles trabalhadores(as), e pensamos o quanto a necessidade de trabalhar e manter a família pode sacrificar um homem e uma mulher. Imaginamos então que muitos dos trabalhadores(as) atuaram sem direito ao registro na carteira e mais uma vez pensamos o quanto é difícil trabalhar sem acesso aos direitos trabalhistas.

Pensamos que não poderíamos deixar que o nosso objeto de pesquisa nos afetasse tanto. Mas, pensamos ainda que era difícil não seria possível afastar-se da nossa condição de trabalhador, pois o que estávamos fazendo era um trabalho, pois o pesquisador é um trabalhador. Como

ficar imune ou tão distante da afetação? Pensamos então que deveríamos analisar com muito cuidado as narrativas, as conversas e entrevistas dos entrevistados, para entender os significados que cada um deles atribuiu a experiência de trabalhar nas fábricas. Percebemos que muita atenção e questionamento ao que era narrado poderia nos ajudar a entender um pouco mais daquele cotidiano a partir do olhar dos mesmos, algo tão esquecido nos documentos oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas pelos entrevistados com relação a perda de suas terras na Serra do Ororubá e o estabelecimento dos mesmos na cidade como operários nas fábricas de doces e conservas na cidade de Pesqueira é parte de uma narrativa que os documentos oficiais sobre a história da cidade Pesqueira não evidenciam. Por esse motivo este estudo buscou contribuir para evidenciaras memórias daqueles que mesmos construindo com a força de trabalho a riqueza da elite industrial são esquecidos. Esquecidos por serem trabalhadores (as) e esquecidos por serem índios.

O esquecimento e a aniquilação dos povos indígenas vêm sendo nos últimos anos um projeto de poder dos que governam e daqueles que produzem a escrita oficial, o conhecimento oficial. A aniquilação dos povos indígenas tem como objetivo a sua morte simbólica e física. A morte simbólica destrói as memórias que dá sentido à existência, essa é produzida com base no fazer social manifestado em tudo que o ser humano produz e a morte física mata o corpo,

mata corpos e promove o genocídio de um povo inteiro, de uma etnia inteira.

O povo Xukuru do Ororubá, bem como os povos indígenas por todo o Brasil tem sem mobilizado contra esse extermínio. Seja em mobilizações, sejam na contribuição para a produção de material de pesquisa contribuindo com registros de suas memórias, de suas as experiências, cosmologia e cultura.

Assim, o Pajé Zequinha e o Senhor Jorge de Tavares não nos deixa esquecer o quanto o trabalho dos povos indígenas contribuíram para a construção da riqueza das cidades e do país, ao mesmo tempo que denunciaram a exploração daqueles que ao se apossaram de suas terras, aproveitaram-se das necessidades de seus antepassados para construírem fortuna e se tornarem “donos” e “senhores” dos espaços urbanos.

Mas, apenas esqueceram de uma coisa, enquanto se tem a capacidade da lembrança e da rememoração a justiça pode ser feita e a história pode ser passada a limpo para aqueles que são os descendentes e para aqueles que se debruçam para conhecerem e pesquisarem a cultura e a memória dos povos indígenas.

Há centenas de conhecimentos a serem explorados ainda sobre os povos indígenas do Brasil, inclusive sobre o povo Xukuru do Ororubá, por exemplo, em nossa estadia no campo de pesquisa não conseguimos identificar indígenas que trabalharam nas fábricas e que exerceram cargos de liderança.

Também não conseguimos identificar mulheres indígenas que trabalharam na agroindústria na cidade de

Pesqueira. Sabemos que a contribuição da mão de obra feminina nas fábricas da cidade foi algo muito presente, inclusive no período em que o empreendimento da Fábrica Peixe, teve seu início de forma artesanal nas dependências da casa da família Brito. Essa presença da mão de obra feminina também se estendeu aos domínios da agroindústria e é um objeto de estudo de bastante relevância.

Aspectos relacionados a permanência dos poucos trabalhadores indígenas que ainda continuaram trabalhando na agroindústria após o período áureo do setor produtivo foram pouco explorados neste trabalho. Muitos trabalhadores indígenas e não indígenas continuaram trabalhando nas fábricas mesmo tendo que enfrentar as péssimas condições de trabalho e salários cada vez mais baixos. É necessário identificar de acordo com as experiências desses operários, por exemplo, como ocorriam às jornadas de trabalho desses operários em um ambiente de trabalho tão deficitário e quais as circunstâncias que os fizeram continuar a exercerem o ofício de operários em condições tão adversas.

Esse estudo ainda contribuiu para pensar as condições dos índios no contexto urbano, assunto que vem sendo pesquisado, mas que precisa ser explorado ainda por diversos aspectos que não só relacionados a questões habitacionais, trabalho, educação e saúde. Mas, também precisam ser pesquisadas pelo aspecto da segurança a integridade física, moral, psíquica, intelectual e cultural desses povos nos espaços urbanos, por exemplo. Estando os povos indígenas citadinos inseridos em quaisquer

comunidades, seja habitacional, de trabalho, educacional e etc. Percebemos que esse também pode ser um importante tema de estudos para desmitificações sobre esses povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na História no Brasil no Século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 21-39 – 2012.

ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante:** juventude, linguagem e cotidiano. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2011.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2.ed., São Paulo, Editora: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Rayane Barreto de. **Imprensa e História:** a crise do SPI e a violação dos direitos indígenas narradas pelo Jornal do Brasil (1966-1968). Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016, acessado em 19/02/20.

BEERENWINKEL, Ananda; KEUSEN, Alexandre Lins. A dinâmica familiar sob a ótica do profissional da Estratégia Saúde da Família. **Saúde debate** [online]. 2014, vol.38, n.103, pp.771-782.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Atêlie Editorial, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro, 1997.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho o ponto desandou:** História de Pesqueira de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2005 (Tese Doutorado em História).

ELSEN, Ingrid; MARCON, Sonia Silvia; SILVA, Mara Regina Santos da. (Org.). **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença.** Maringá; Eduem; 2002.

FENART, Jocelyne Streiff; POUTIGNAT, Philippe. **Teoria da etnicidade.** Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A cidade das chaminés:** história da industrialização de Pesqueira. Recife: Faculdade Boa Viagem, 2007 (Dissertação Mestrado em Administração).

GOMES, Ivone Maria dos Santos. **Narrativas indígenas sobre os bairros “Xucurus” e Caixa d’Água em Pesqueira/PE:** sugestões para efetivação da Lei nº 11.645/2008. Caruaru: UFPE/CANPUS DO AGRESTE, 2016 (Monografia Especialização em Culturas e História dos Povos Indígenas).

GUY, Debord. **A sociedade do espetáculo.** Editoração, tradução do prefácio e versão para ebook: ebooksbrasil.com, 2003. Acessado em 19/02/20.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. Sociabilidade em destaque: um ensaio teórico a partir do intercâmbio analítico entre Ferdinand Tönnies e Émile Durkheim. **Revista Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n.14 e15 (2010/2011), UNESP, Acessado em 19/02/20.

LIMA, Daniel Max dos Santos; SILVA, Edson. História Ambiental e Agroindústria do Tomate em Pesqueira/PE: a natureza como notícia nos jornais. **Revista Científica Ariús**, Campina Grande, v. 20, n. 1, pp. 75-97, jan. /jun. 2014.

MARX, Karl. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital [Livro II]: crítica da economia política. O processo de circulação do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, João P. de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, R. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, 39(1), 13-37.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. João Pessoa: UFPB, 2006 (Dissertação Mestrado em Sociologia).

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Revista Interações**, número 8. pp. 123-144, 2005. Acessado em 19/02/20.

SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas inter-relações regionais**. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SILVA, Edson. Índios: desafios das pesquisas as reflexões históricas. In: NETA, Francisca Maria; PEIXOTO, José Adelson Lopes. (Orgs.). **Ecossistema do silêncio: o saber e o fazer da pesquisa**. Recife: Libertas, 2018, p. 29-46.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife: EDUFPE, 2014.

SIMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SOUZA, Vânia Fialho de P. e. **Relatório de Identificação e Delimitação da Área Indígena Xukuru – Município de Pesqueira/PE**. Recife, FUNAI/3ª SUER, 1989.

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



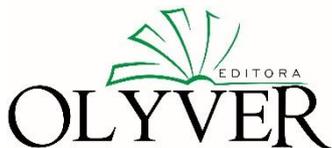
facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



[Instagram.com/editoraolyver](https://instagram.com/editoraolyver)



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Esse livro soma-se as várias pesquisas realizadas sobre os Xukuru do Ororubá, e é uma contribuição para refletir sobre os protagonismos indígenas que após as terras invadidas pelos fazendeiros criadores de gado e também pelos plantios de tomates, frutas destinadas as fábricas de doces, conservas e laticínios, foram forçados a migrar, a se reinventarem como moradores na área urbana, como trabalhadores na agroindústria, sobretudo na conhecida fábrica Peixe instalada na cidade de Pesqueira, no Semiárido pernambucano.

Edson Silva
Professor Titular de História da UFPE

ISBN: 978-65-87192-39-0



9

786587

192390


OLYVER
www.editoraolyver.org

